

N.º 598 • ANO LIV  
AGOSTO 2024 • MENSAL • €1,50

# Revista da ARMADA



## COMUNICAÇÕES NAVAIS

### DESAFIOS E OPORTUNIDADES

CHEGADA DO NRP *ARPÃO*  
... DEPOIS DO ÁRTICO

DIREÇÃO DE FARÓIS  
100 ANOS

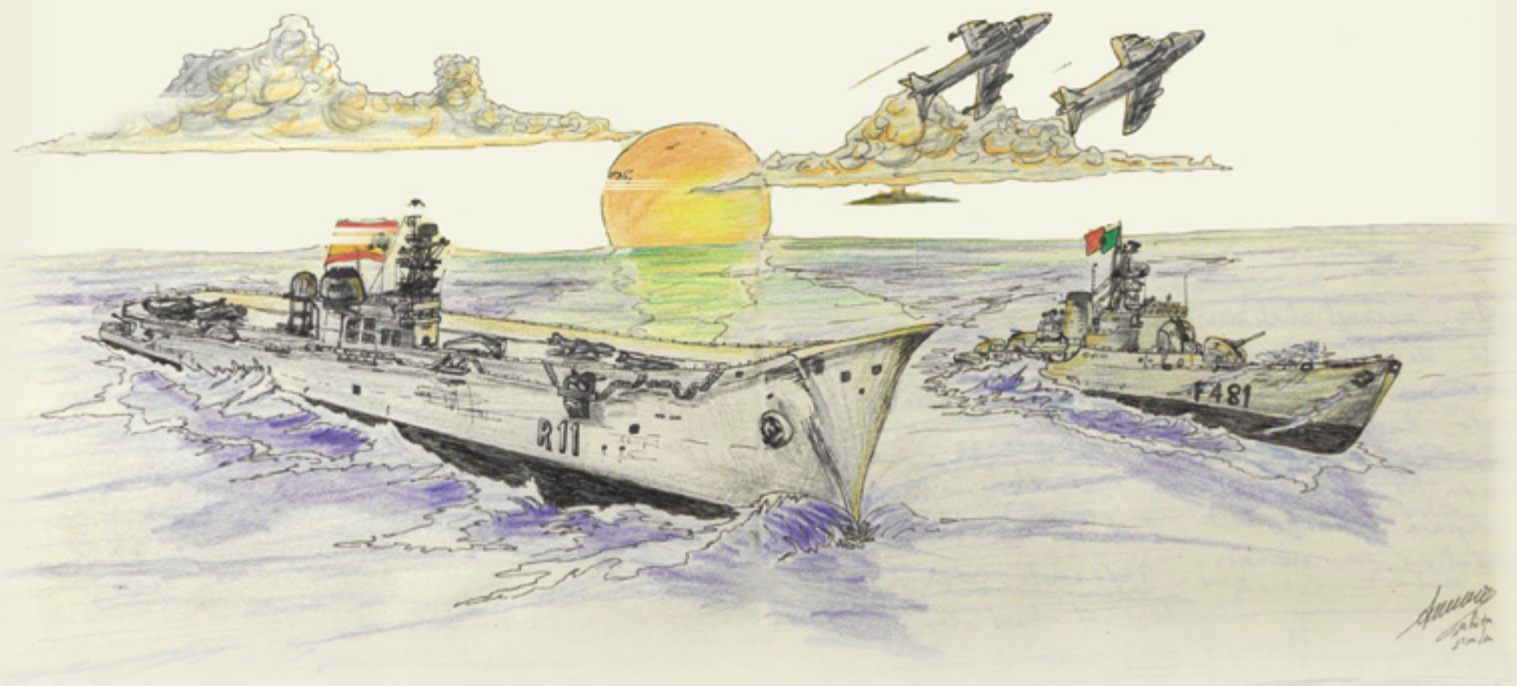
MUSEU DE MARINHA  
CONDECORADO

# Quarta de Véspera

## Livros de Honra

Reprodução de desenhos do “Livro de Honra” do NRP *Hermenegildo Capelo*, referente a outros eventos, exercícios e viagens de instrução de cadetes, realizados a bordo, até agosto de 1990.

Entrega Da Bandeira De Contraste Da Porta Aviação Espanhola *Principe Das Astúrias*  
**BARCELONA**  
26 Maio A 31 Maio 1989



Autor dos desenhos – Colaboração do comando do NRP *Hermenegildo Capelo*

Todas as imagens desta rubrica, dedicada ao Livro de Honra do NRP *Comandante Hermenegildo Capelo*, foram cedidas pelo Arquivo Histórico da Biblioteca Central de Marinha

# SUMÁRIO

- 02** Quarto de Vigia

---

- 06** Fuzileiros Portugueses na Lituânia  
Exercício *STORM STRIKE 24*

---

- 08** Exercício *FLAMING SWORD 24*

---

- 10** Informação e Segurança  
Repensar o sistema de informações? Parte I

---

- 17** Comunicações Navais  
Desafios e Oportunidades

---

- 21** Gentes, Monumentos e Acontecimentos (1)

---

- 25** Guerra no Pacífico – Flintlock

---

- 27** Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico

---

- 28** Charruas – Parte IV

---

- 30** Convívios

---

- 31** Vigia da História (138)

---

- 33** Quarto de Folga

---

- 34** Notícias Pessoais / Convívio / Doutoramento

---

- 35** “Um olhar sobre a Saúde Naval” – Desafio Artístico

---

- CC** Marinha Portuguesa em Selos (XI)

## Capa

Comunicações Navais  
Desafios e Oportunidades



**Revista da**  
**ARMADA**

Publicação Oficial da Marinha  
Periodicidade mensal  
Nº 598 / Ano LIV  
Agosto 2024

Revista registada na ERC  
Registo nº 127719  
Depósito legal nº 55737/92  
ISSN 0870-9343

**Propriedade**  
Marinha Portuguesa  
NIPC 600012662

**Diretor**  
CALM AN António Carlos Dias Gonçalves

**Coordenadora da Redação**  
CTEN TSN-COM Ana Alexandra G. de Brito

**Secretário da Redação**  
SCH CM Paulo Jorge Dias Matias

**Serviço de Maquetização e Paginação**  
STEN TSN-DSG Mariana Gonçalves Lage

**Administração, Redação e Edição**  
Revista da Armada - Edifício das Instalações  
Centrais de Marinha - Rua do Arsenal  
1149-001 Lisboa - Portugal  
Telef.: 211 593 251  
(Chamada para rede fixa nacional)

**Estatuto Editorial**  
[www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/  
revista-armada.aspx](http://www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/revista-armada.aspx)

## CHEGADA DO NRP *ARPÃO* ... DEPOIS DO ÁRTICO **4**



## **13** DIREÇÃO DE FARÓIS 100 ANOS DE EXISTÊNCIA



## MUSEU DE MARINHA – MEMBRO HONORÁRIO DA ORDEM MILITAR DE SANT' IAGO DA ESPADA **26**



# CHEGADA DO NRP ARPÃO

## ...DEPOIS DO ÁRTICO

O NRP *Arpão* atracou no dia 19 de junho na Base Naval de Lisboa (BNL), após 78 dias de missão, sob égide da Operação *Brilliant Shield* da NATO e da *Operação Ártico 2024*, e cuja navegação ficou marcada pela passagem sob o gelo do Ártico.

No dia anterior, o Ministro da Defesa Nacional (MDN), Dr. Nuno Melo, acompanhado pelo Almirante CEMA e AMN e pelo Comandante Naval, embarcaram a bordo com o intuito de privarem um pouco com a guarnição que recentemente tinha escrito mais uma página na história submarinista de Portugal.

Por volta das 10h30m de uma auspiciosa manhã, ao som da Banda da Armada, o submarino *Arpão* atracou na BNL, realizando-se de seguida o desembarque das altas entidades. Já o intervalo até à formatura para a Cerimónia de Imposição de Condecorações aos militares da guarnição e entidades estrangeiras que colaboraram nesta distinta missão, permitiu a alguns familiares o há muito devido abraço.

Durante a Cerimónia, o MDN fez uso da palavra, enaltecendo a performance do submarino e da sua guarnição num ambiente diferente, peculiarmente exigente e fora do *modus operandi* normal da plataforma, sublinhando ainda que Portugal demonstrou aos seus aliados e parceiros, que possui um instrumento estratégico, de elevado poder e descrição, e, ainda que convencional, consegue operar positivamente em todo o Atlântico, chegando onde até à data apenas submarinos nucleares das grandes potências ousam operar. O final do evento ficou marcado com o descerramento de uma placa alusiva à navegação debaixo do gelo, realizado pelo MDN e pelo comandante do NRP *Arpão*, CFR Taveira Pinto, eternizando assim o feito nacional.



Colaboração do **COMANDO NAVAL**





Foto António Lopes / MDN



Foto SAJ A. Ferreira Dias

# FUZILEIROS PORTUGUESES NA LITUÂNIA

## EXERCÍCIO *STORM STRIKE 24*

Entre os dias 1 e 10 de maio, a região de Klaipėda, na Lituânia, foi palco do exercício militar *STORM STRIKE 24*. Este evento estratégico contou com a participação ativa dos Fuzileiros portugueses, representados pela Força de Fuzileiros Lituânia 2024 (FFZ LTU24). O principal objetivo foi aprimorar as capacidades ofensivas e defensivas das forças aliadas, além de reforçar a coesão entre os países membros da NATO. Participaram no exercício, um total de 135 militares da FFZ LTU24, compreendendo os Elementos operacionais de Projeção de Força, Mergulhadores de Combate e Abordagem, bem como, núcleos de apoio *real life* e de arbitragem. O exercício foi realizado num formato de treino *Live Exercise* (LIVEX), com uma tipologia e cenário de exercício raramente executado pelas forças aliadas, onde estas atuaram em lados opostos.

### ELEMENTO DE PROJEÇÃO DE FORÇA

Durante este período, o Elemento de Projeção de Força, composto pelo Destacamento de Fuzileiros, reforçado com Assalto Anfíbio e Serviços em Combate, participou em três ações ofensivas contra posições entrenchadas da Companhia de Infantaria da Marinha Lituana, mostrando-se capaz de gerir e ultrapassar desafios bastante complexos.

A necessidade de planeamento e coordenação em tempo real exigiu uma capacidade de adaptação rápida e eficaz. Cumprir os objetivos propostos durante o exercício envolveu uma gestão metódica de munições e a coordenação de meios humanos, elevando as ações ofensivas a um patamar extremamente exigente. A comunicação clara e eficiente entre todos os elementos no terreno foi testada ao máximo, especialmente em situações de combate simulado onde a velocidade e precisão foram cruciais.

Das três ações, destaca-se a última, por ter sido aquela em que as forças opositoras se encontravam com o efetivo maior (uma Companhia em posição defensiva). Este combate, extremamente intenso, estendeu-se por duas horas, sendo a primeira vez que o Destacamento esteve a combater contra outras forças, em contexto de exercício, durante tanto tempo sob fogo contínuo. A união dos três grupos de combate numa tentativa de assalto a uma posição defensiva extremamente bem

estruturada foi um dos pontos altos do exercício. Esta posição estava preparada para resistir a um ataque forte, resultando num combate cerrado e prolongado.

A Força de Fuzileiros atacou posições entrenchadas e ninhos de metralhadoras, o que aumentou significativamente a dificuldade e a intensidade da operação. O apoio e a coordenação entre grupos foram cruciais para o sucesso da missão. Este cenário permitiu testar ao máximo a capacidade de adaptação, a prontidão e a eficácia das forças portuguesas, sublinhando a importância da comunicação clara e eficiente entre todos os elementos no terreno. A experiência proporcionou uma aprendizagem valiosa e reforçou a coesão e a capacidade de resposta em situações de combate real, demonstrando o profissionalismo e a resiliência dos militares portugueses.

Os combates beneficiaram significativamente do apoio de novas tecnologias, como viaturas ultraligeiras, equipamentos de guerra eletrónica e UAV (*Unmanned Air Vehicles* – Veículos Aéreos não Tripulados). Destaca-se especialmente a utilização de UAV, que foram essenciais para o acompanhamento e tomada de decisões táticas, operações psicológicas (PSYOPS), através de lançamento de panfletos, além de reconhecimento e vigilância no campo de batalha. Esta utilização reflete a crescente importância da tecnologia nos conflitos modernos, demonstrando a sua capacidade de transformar o panorama das operações militares e melhorar a eficácia das forças em combate.

A implementação do conceito *Light and Fast* (L&F), que enfatiza forças ligeiras privilegiando a surpresa, mobilidade e rapidez de ação, proporcionou uma vantagem estratégica significativa às nossas forças. Apesar das forças opositoras também utilizarem UAV para monitorizar os movimentos das nossas forças, a natureza rápida e destrutiva das ações afetou decisivamente o ciclo de decisão do adversário, mantendo-o desestabilizado e incapaz de reagir de forma eficaz às manobras rápidas e coordenadas.

### ELEMENTO DE MERGULHADORES DE COMBATE

Os principais objetivos para este Elemento visaram aprimorar e fortalecer a interoperabilidade entre equipas com a capacidade de inativação de engenhos explosivos, em operações





conjuntas. A capacidade *Explosive Ordnance Disposal* (EOD) no exercício foi assegurada pelos operadores do Elemento de Mergulhadores de Combate da FFZ LTU24 e pela unidade EOD congénere da Marinha Lituana, o PVK.

O exercício foi meticulosamente planeado para abranger tanto cenários terrestres, como áreas de florestas, pântanos e ambientes urbanos, bem como marítimos, incluindo infraestruturas portuárias e navios. O treino enfatizou operações de apoio às forças terrestres e equipas de abordagem contra a ameaça de minas terrestres (antipessoais e anticarro) e engenhos explosivos improvisados. Dado o reconhecimento da Marinha Lituana pelos mergulhadores do Destacamento de Mergulhadores Sapadores nº1 (DMS1), foi sugerida a participação de dois militares no controlo do exercício. O Elemento de Mergulhadores de Combate permaneceu em prontidão imediata ao longo do exercício, preparado para responder a qualquer ameaça, podendo ser rapidamente projetado por terra, mar ou ar, garantindo uma resposta ágil e eficaz. A participação de diversas unidades no exercício proporcionou a troca de conhecimentos e a consolidação de Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) relacionados com a ameaça de engenhos explosivos, tanto improvisados quanto convencionais. Os esforços foram direcionados para proteger infraestruturas críticas em torno do Porto de Klaipėda e para apoiar as Forças Armadas da Lituânia.

Cenários realistas, incluindo réplicas de engenhos explosivos improvisados e o uso de técnicas de inativação com explosivos reais, proporcionaram um treino próximo da realidade dos atuais conflitos armados. Além disso, permitiram praticar procedimentos de emergência médica para o auxílio e evacuação de combatentes feridos, garantindo que todas as eventualidades fossem consideradas e preparadas.

## ELEMENTO DE AÇÕES DE ABORDAGEM

A presença do Destacamento de Abordagem (DABORD) na FFZ LTU24 distingue-se por explorar e exercer capacidades de operações marítimas e ações de abordagem no âmbito das *Assurance Measures* da NATO. O DABORD está na génese de um projeto de cooperação e interoperabilidade com a unidade *Shallow Water* (SVK), recém-criada para fazer face às necessidades da Marinha Lituana, nas diversas vertentes de operações marítimas.

Na fase de planeamento e preparação para o *STORM STRIKE 24*, foram desenvolvidas capacidades a nível técnico e tático entre ambas as unidades, com o propósito de unificar o método de ação, dada a necessidade de operar equipas compostas por militares portugueses e lituanos. O exercício incidiu num cenário de Crise Nacional evoluindo para Estado de Guerra. Realizaram-se, nesse âmbito, operações de Ação de Abordagem,

Interdição Marítima, Escolta de Meios Navais e Projeção/Retração de Equipas de Reconhecimento.

No decorrer das demais ações realizadas, destacam-se algumas operações, particularmente: Interdição de embarcações com operadores de UAV em águas interditas; Ação de abordagem, após um alerta, de uma embarcação suspeita de transportar explosivos; Escolta e proteção a diversos navios militares e civis, de caráter estratégico; Projeção e retração rápida de equipas de reconhecimento em zonas costeiras e Evacuação de feridos em combate (CASEVAC) com recurso a Embarcação de Alta Velocidade (EAV).

Para a execução de todas as operações, recorreu-se a uma EAV portuguesa (*Sagres*), respetivos Patrão e Navegador do grupo de Lanchas de Assalto Rápido do Elemento de Assalto Anfíbio, duas EAV lituanas e um meio aéreo de asa rotativa da Guarda Costeira Lituana. Todas as ações decorreram sobre a extensão da Lagoa da Curlândia e nas imediações do Porto de Klaipėda. Consumado o exercício, salienta-se um ambiente de familiaridade, evidenciando o espírito de grupo e uma melhoria de interoperabilidade entre as duas unidades, aproximando as Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP) de ambas. Esta experiência reforçou o vínculo criado na cooperação entre os Fuzileiros e a Marinha Lituana, destacando a relevância do trabalho desenvolvido pelo DABORD no preâmbulo da missão e o impacto do mesmo no processo de desenvolvimento da SVK.

## CONCLUSÃO

A realização do exercício *STORM STRIKE 24* na Lituânia demonstrou a importância crucial destes treinos no flanco leste da NATO, uma região de elevada importância estratégica. A articulação eficaz de diversas unidades e a capacidade de enfrentar forças altamente treinadas dos dois lados evidenciam o progresso significativo alcançado desde que os Fuzileiros portugueses começaram a operar na Lituânia em 2018. Este exercício não só permitiu o desenvolvimento de competências táticas e operacionais avançadas, como também reforçou o apoio mútuo e a camaradagem entre os militares portugueses e lituanos.

A cooperação contínua e a partilha de conhecimentos entre estas forças fortalecem a interoperabilidade e a prontidão conjunta, elementos essenciais para a resposta eficaz a qualquer ameaça na região. A participação no exercício *STORM STRIKE 24* foi uma demonstração clara do profissionalismo e da capacidade de adaptação dos militares portugueses, contribuindo significativamente para o desenvolvimento operacional e para a segurança coletiva no flanco Leste da Europa.

Colaboração da **FORÇA DE FUZILEIROS LITUÂNIA 2024** 

## EXERCÍCIO *FLAMING SWORD 24*

O exercício *Flaming Sword 24* é um exercício militar internacional organizado pelo *Kovinių Narų Tarnyba* (KNT), unidade de operações especiais das forças armadas lituanas. Tem como temática a área das operações irregulares, ou guerra híbrida, e como objetivo principal a interação, o treino e a partilha de Táticas, Técnicas e Procedimentos (TTP) entre as diferentes unidades de operações especiais das nações participantes, pertencentes à NATO.

Este exercício ocorre anualmente, ou, em caso de impossibilidade, de dois em dois anos, e no ano de 2024 decorreu no período de 13 a 31 de maio, em diversas localizações da Lituânia, da Letónia e da Estónia. Contou com a participação de catorze nações pertencentes à NATO, que devido à política de restrição de informação não serão nomeadas.

Considerando o panorama atual, este exercício torna-se ainda mais importante, contribuindo em grande escala para a interoperabilidade das forças de operações especiais aliadas, objetivo estratégico dos países do flanco leste da Europa.

### CENÁRIO

O cenário geral do exercício pretendeu retratar uma situação de alastramento do conflito atual, de invasão do território da Lituânia por parte de uma potência estrangeira, e teve como objetivo o planeamento e execução conjunta das ações a serem tidas pelas forças de operações especiais aliadas, como resposta a essa invasão.

O Elemento de Operações Especiais da Força de Fuzileiros Lituânia 2024, gerado a partir do Destacamento de Ações Especiais, fez-se representar com onze militares, sendo oito deles operadores, dois elementos de apoio e um elemento de Estado Maior. Os operadores constituíram uma *Special Operations Maritime Task Unit* (SOMTU), que por sua vez estava integrada no *Special Operations Maritime Task Group 30* (SOMTG30), juntamente com *Special Operations Task Unit* (SOTU) de quatro outras nacionalidades, e diversos elementos do *Combat Support* e *Combat Service Support*.

A fase *Live Exercise* (LIVEX) do exercício decorreu entre 19 e 29 de maio, período em que as SOTU estiveram alojadas em *safe-houses*, uma vez que as instalações militares seriam alvos prioritários das forças opositoras. A partir das respetivas *safe-houses*, as SOTU planearam e executaram as ações incumbidas pelo *HeadQuarters* (HQ) da SOTG, tendo sempre em atenção a pegada que deixavam, e aplicando medidas de contra vigilância para evitar a deteção por parte das forças opositoras, materializadas por militares lituanos. Durante este período, a SOMTU do DAE planeou e executou três ações conjuntas principais: uma operação de captura de um *High Value Target* (HVT); uma operação de sabotagem de uma ponte utilizada como linha de abastecimento das forças opositoras, e uma ação direta a um edifício identificado como possível *safe-house* para planeamento de ações por parte das forças opositoras. Para além destas ações, foram ainda realizados diversos *Link-ups* para coordenações com outras nações, *dead-boxes* e *live-boxes* para passagem de informação, e medidas ativas de vigilância e contra vigilância.





Este exercício culminou num *Distinguished Visitors Day* (DVDay), no dia 27 de maio, na cidade de Elektrėnai, que contou com a presença de representantes das nações participantes, e da NATO. O DVD consistiu numa demonstração dinâmica, uma ação direta conjunta a uma central de energia elétrica, e uma demonstração estática, com um militar de cada nação equipado para uma missão de ação direta, e com outros equipamentos expostos.

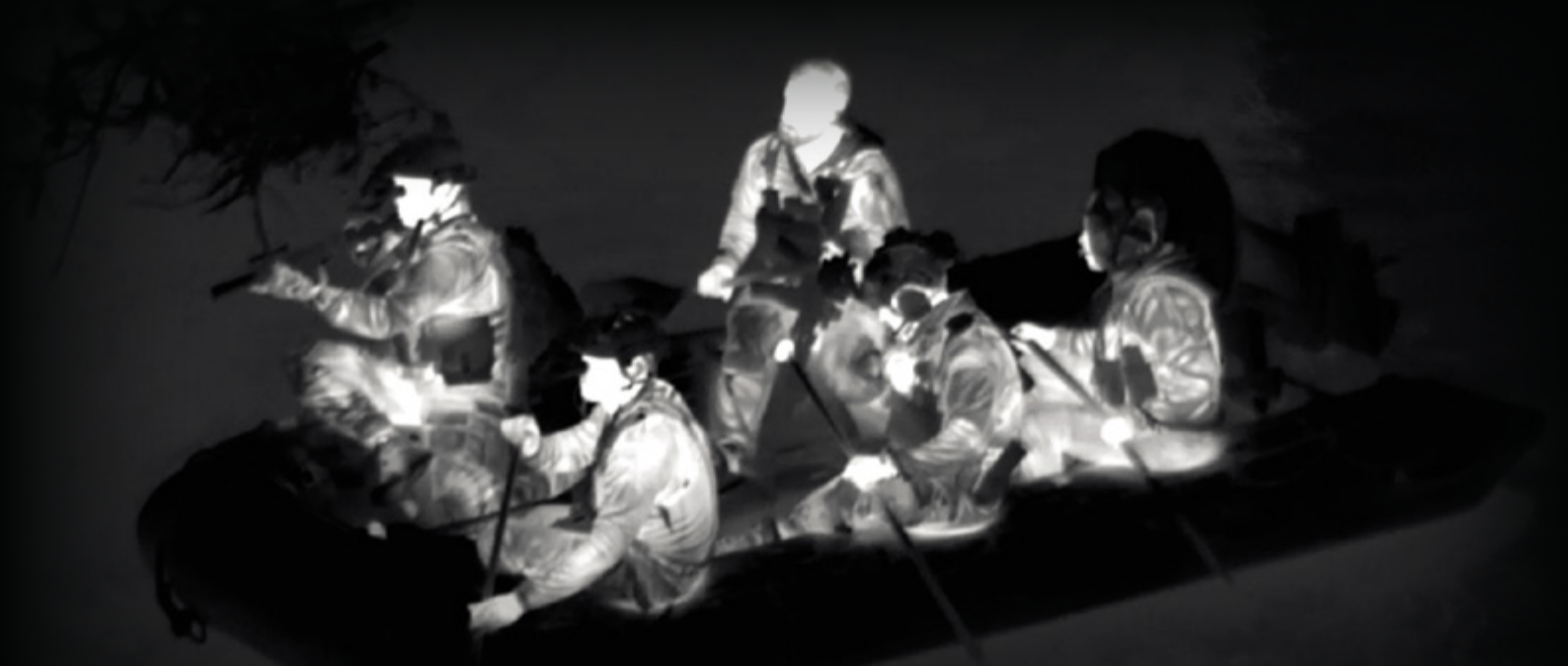
## CONCLUSÃO

Os objetivos traçados para este exercício foram cumpridos na sua totalidade, e a participação do DAE teve uma importância elevadíssima, quer a nível estratégico, pela presença nacional no seio das operações especiais da NATO, quer a nível operacional/tático, pela troca de TTP com as forças aliadas congéneres.

A participação do DAE no exercício *Flaming Sword 24* foi substancialmente reconhecida pelas outras forças participantes, especialmente pelo HQ da SOTG, que elogiou o empenho da SOMTU no planeamento e execução das ações, a qualidade dos produtos apresentados, e a proatividade na busca por informação.



Colaboração da **FORÇA DE FUZILEIROS LITUÂNIA 2024**



## INFORMAÇÃO E SEGURANÇA

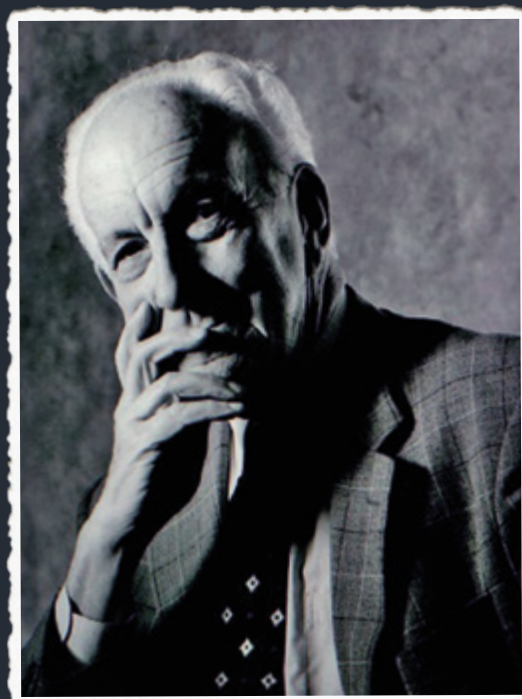
## REPENSAR O SISTEMA DE INFORMAÇÕES?

## PARTE I

## NASCIMENTO DO SISTEMA

Com a extinção no dia 25 de abril de 1974 da única entidade com competências na área das informações, a PIDE/DGS, os militares viram-se incumbidos de liderar esta atividade dentro e fora do território nacional. Não havia, tampouco, um sistema de informações. A discussão sobre um sistema que regulasse a atividade de informações começou a ser discutido numa época que o país atravessava uma ameaça terrorista de extrema-direita e extrema-esquerda, e a espionagem russa alastrava-se sobremaneira. Já antes do 25 de abril de 1974 o apelidado «pai das informações» em Portugal, general Pedro Cardoso, esteve envolvido num projeto de coordenação e centralização de toda a atividade de informações produzidas pelos diversos órgãos ministeriais e a própria PIDE/DGS. Pode ter sido a primeira tentativa de criação de um sistema de informações. Este projeto foi edificado em Angola e Moçambique, mas acabou por não ter resultado prático e extinguiu-se naturalmente. Em Lisboa também tentaram edificar o mesmo sistema, mas António de Oliveira Salazar rejeitou a proposta. Mas no período pós-revolução, o general Pedro Cardoso foi parte integrante na criação de um sistema que pudesse criar uns serviços de informações para substituir a PIDE/DGS, com mecanismos de supervisão, controlo e articulação entre eles. O caminho percorrido teve algumas mudanças durante os tempos, fruto de adaptações e circunstancialismos diversos, revertidas em alterações à lei que enquadra o Sistema de Informações da República Portuguesa.

A discussão em torno do sistema de informações, na sua primeira versão antes do que foi legislado, começou a ser feita no início da década de 1980. Havia a necessidade de colmatar o vazio deixado pela extinção da PIDE/DGS, e retirar à DINFO a responsabilidade sobre a pesquisa e produção de informações no âmbito interno e externo. Da experiência de 14 anos de guerra, os técnicos de informações disponíveis encontravam-se predominantemente na área militar. Durante o período de



General Pedro Cardoso

1981 a 1984 houve várias discussões ao nível do Governo e da Assembleia da República sobre a articulação a dar ao sistema de informações, em especial quanto ao número de serviços a criar e as respetivas tutelas. A primeira lei a criar o SIRP, promulgada em 5 de setembro de 1984, estabelecia três serviços de informações; Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), Serviço de Informações de Segurança (SIS), e Serviço de Informações Militares (SIM). O SIED estava incumbido de produzir as informações necessárias à garantia da independência nacional e segurança externa do Estado Português, estando dependente do primeiro-ministro. O SIM era constituído pelos departamentos incumbidos da produção de informações militares necessárias ao cumprimento das missões das forças armadas, funcionando na dependência do ministro da defesa nacional, através do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA). O SIS estava incumbido da produção de informações destinadas a garantir a segurança interna, mormente na prevenção da atividade de sabotagem, terrorismo, espionagem, entre outras, funcionando da dependência do ministro da administração interna.





No dia 3 de janeiro de 1985, a DINFO elaborou uma proposta de lei para regulamentar os aspetos básicos essenciais para o seu funcionamento dentro do sistema entretanto criado. A 4 de julho de 1985 foram estabelecidos os princípios fundamentais a que devia obedecer a atividade dos serviços de informações integrados no SIRP, os quais foram estruturados e regulamentados na mesma data em decretos separados. Mas havia no SIM alguma ambiguidade em matéria de direção e controlo, pois estavam atribuídos em simultâneo ao CEMGFA e aos chefes dos estados-maiores dos ramos. A coordenação das atividades do SIM era da responsabilidade do Conselho de Chefes de Estado-Maior (CEEM). Ficava tudo como estava antes da entrada em vigor do SIRP. A arquitetura organizacional do SIM era completamente diferente dos restantes serviços de informações.

No dia 10 de maio de 1989, durante um Conselho Superior de Informações (CSI), que era um órgão interministerial de consulta e coordenação em matéria de informações, foi determinado pelo primeiro-ministro que a DINFO elaborasse um estudo sobre o SIRP. Esse estudo foi concluído a 3 de março de 1990. Na prática, o SIED não foi criado, tendo sido, por parecer do CSI e do próprio primeiro-ministro, cometidas ao SIM as responsabilidades de produção das informações necessárias à segurança externa do Estado. A DINFO elencava inúmeras vantagens desta sua acumulação de responsabilidades. Uma maior eficácia em resultado de uma mais fácil coordenação, com uma grande vantagem em matéria de economia da despesa pública. Para além de um melhor aproveitamento da valiosa experiência dos seus recursos humanos, uma maior garantia de independência política com garantia da correspondente lealdade, e mais adequado à dimensão e realidade do país. Entre outras tantas, o estudo finalizava que o facto de estar a funcionar já era uma enorme vantagem. Só havia três inconvenientes. A primeira era a ausência de cobertura legal, que podia levar a Assembleia da República a interrogar por que razão o Governo não tinha criado o SIED. A segunda as dificuldades que o SIM podia ter ao nível dos recursos humanos e materiais para melhorar a sua eficácia. E, por fim, algum desconhecimento generalizado das verdadeiras e atuais responsabilidades do SIM, as quais não tinham sido assumidas publicamente no âmbito político.

O sistema das informações foi sujeito a muitos estudos e discussões, mas a dependência que esta atividade milenar tinha dos militares necessitava de ser alterado. O sistema necessitava de edificar as informações civis. Este era o caminho

adequado para a jovem democracia que ainda sofria de dores de crescimento. Mas esta transformação não podia ser feita de uma só vez. As atividades de terrorismo e espionagem que atuavam em território nacional não se compadeciam com serviços de informações acabados de edificar e com pouca ou nenhuma experiência. Pelo que havia uma dependência da experiência da DINFO, mas de forma gradual seria necessário edificar e fortalecer os serviços de informações civis com responsabilidades no plano interno e externo. O sistema de informações iniciou-se em 1984, culminando com a sua última alteração em 2014. Passados que foram 40 anos, importa perceber se este sistema se adequa às necessidades impostas pelos desafios e agentes de ameaça da atualidade.

## CRESCIMENTO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES

O primeiro serviço de informações civil a ser criado foi o SIS, no ano de 1984. Mas só se começou a organizar em novembro de 1987. A partir daqui o SIS retirou da DINFO as responsabilidades de produção de informações destinadas à garantia da segurança interna. Mas a inexperiência intrínseca a um recém-criado serviço de informações não se compadecia com a proficiência demonstrada pelos hábeis serviços secretos russos. Pelo que a DINFO começou lentamente a desviar-se de qualquer área de responsabilidade da segurança interna, mantendo o desempenho cumulativo enquanto SIM e SIED. Uma das hipóteses de solução apresentada neste estudo era a alteração da lei que criou o SIRP, e os respetivos decretos-leis, de forma a legalizar a prática que tinha vindo a ser seguida e que se materializava pela existência de apenas dois serviços, o SIS e um novo Serviço de Informações de Interesse Militar e Estratégicos de Defesa (SIMED). Este último serviço agregava, basicamente, as responsabilidades cometidas ao SIM e SIED. Era referido que esta solução era em tudo idêntica ao sistema italiano e semelhante ao belga, norueguês e dinamarquês. Quanto ao SIS poder absorver as informações estratégicas, o estudo concluía que se recriaria um sistema cuja imagem seria idêntica à do antigo regime. Esta conclusão era no mínimo estranha, pois a única argumentação consistia neste serviço integrar as responsabilidades de segurança interna e de defesa externa do Estado. Por aqui poder-se-á depreender a razão pela qual no século XXI ainda existe uma corrente pensadora que rejeita por completo um serviço de informações único, à imagem do que sucede na vizinha Espanha. Ainda existe alguns resquícios do fantasma da PIDE/DGS, com as ações terríficas que um serviço de informações único pode

representar. Para edificar o SIMED, com a hipótese de ficar na dependência do ministro da defesa, através do CEMGFA, mas com dependência direta do primeiro-ministro no âmbito das informações estratégicas, também era necessário mais recursos humanos, meios técnicos e dotação orçamental.

O estudo recomendava uma profunda «militarização» das informações externas que tipicamente se encontravam localizadas na esfera civil. Uma grande parte dos países colocavam-nas na dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Decorrente destes estudos, em fevereiro de 1995 a lei-quadro do SIRP foi alterada para incluir o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa Militares (SIEDM) na dependência do primeiro-ministro, através do ministro da defesa. Este novo serviço que veio ocupar o espaço que originalmente estava previsto para o SIED, iniciou funções a 24 de abril de 1997.

O resultado foi que a partir do verão de 1997, a DINFO começou lentamente a definir, pois grande parte dos seus profissionais com valências na pesquisa coberta foram requisitados pela nova secreta militar. O SIEDM proporcionava um vencimento mensal muito superior, melhores condições de trabalho, e orçamentos chorudos para fazer face às despesas. A inexperiência de alguma camada dirigente deste novo serviço, alguns com o fulgor da juventude que transpirava filmes do James Bond, começaram alegadamente a usar os recursos humanos que entretanto tinham transitado da DINFO para satisfazer agendas pessoais. É para evitar tentações desta natureza que a supervisão e fiscalização se torna a ferramenta de excelência para que a capacidade de operações cobertas não seja utilizada de forma indevida e ilícita.

## DORES DE CRESCIMENTO

À falta de supervisão e fiscalização, a alegada utilização inapropriada durou até à revelação bombástica do semanário «O Independente». A 28 de maio de 1999, este semanário revelou uma lista de agentes secretos e um conjunto de atividades levadas a cabo pelo SIEDM entre 1997 e abril de 1999. Foi o xeque-mate nos serviços de informações portuguesas, que ainda hoje ecoa pelos quatro cantos do mundo. De uma assentada eram revelados alguns operacionais do SIEDM – curiosamente

grande parte pertencente à DINFO –, que constavam de uma lista confidencial que tinha sido enviada pelo gabinete do ministro da defesa Veiga Simão, para a comissão de inquérito parlamentar à gestão das secretas. A famosa lista de espões motivou a demissão do diretor-geral do SIEDM, o embaixador Monteiro Portugal, e do próprio ministro da defesa. Por muitos considerada como a purga dos militares e civis que tinham marcado a atividade de informações nacional pós-25 de abril, «enterrou» de vez as informações militares e deu início a uma nova era de informações em Portugal.

A partir daqui renasce novamente o SIED, aniquilando de vez a menção ao SIM que vinha dos primórdios do SIRP. Os militares ficaram reduzidos a uma divisão de informações do EMGFA, a DIMIL, que funcionava unicamente como elemento de estado-maior do CEMGFA em matéria de informações militares. O SIRP foi reformulado com dois serviços de informações e um secretário-geral, equiparado a secretário de Estado, na dependência direta do primeiro-ministro. As informações militares acabaram por ficar de fora na estrutura, mas com a obrigatoriedade de ceder todas as informações aos «primos» legítimos do sistema. Para além da sua sujeição aos poderes da Comissão de Fiscalização de Dados e ao Conselho de Fiscalização do SIRP, bem como o chefe das informações militares ter assento no conselho consultivo do sistema. Com a criação do Centro de Informações e Segurança Militares (CISMIL) em 2009, nada mudou na articulação, deveres e responsabilidades para com o sistema, pois na essência a alteração foi unicamente ao nível da cosmética, com introdução de mais umas secções e a mudança de nome de algumas repartições. Na prática, continuou a desempenhar as mesmas funções que no passado estavam atribuídas à DIMIL. Os problemas estruturais ao nível do pessoal, financiamento e meios técnicos mantiveram-se independentemente da mudança que era pretendida ocorrer com a migração de uma divisão de estado-maior para um centro de informações. As mudanças teimavam em não resolver os problemas genéticos e operacionais.



macrovector\_official / www.freepik.com



F. Cavaleiro Ângelo  
CMG

# DIREÇÃO DE FARÓIS

## 100 ANOS DE EXISTÊNCIA

No passado dia 23 de maio comemorou-se o Centenário da Direção de Faróis (DF), nas suas instalações, em Paço de Arcos.

A cerimónia foi presidida pelo Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada, VALM António Henriques Gomes e contou com a presença de várias entidades, nomeadamente do Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Morais e da Presidente da União das Freguesias de Oeiras e S. Julião da Barra, Paço de Arcos e Caxias, Dra. Madalena Castro, do Diretor-Geral da Autoridade Marítima, VALM Carlos Manuel da Costa Ventura Soares e do Subdiretor-geral da Autoridade Marítima, CALM José Vizinha Mirones.

O evento iniciou-se com uma Eucaristia junto à doca da DF, presidida pelo Capelão-mor da Marinha, Coronel Diamantino Teixeira e concelebrada pelo Pároco de Paço de Arcos, Rev. Pe. José Luís, seguida da cerimónia comemorativa junto ao Edifício do Comando, onde houve lugar a diversas condecorações de militares, militarizados e civis, que ali prestam ou prestaram serviço, bem como, discursos do Diretor-Geral da Autoridade Marítima e do Diretor de Faróis, CMG Pedro Gil Miranda de Castro. No final da cerimónia, foi ainda descerrada uma placa alusiva às comemorações dos 100 anos da DF.



Fotos SJA Ferreira Dias



## ILUSTRAÇÃO FILATÉLICA E MOEDAS COMEMORATIVAS

Após a Cerimónia, para assinalar a efeméride, teve lugar no Núcleo Museológico da DF o lançamento, pelos CTT Correios de Portugal, de uma ilustração filatélica comemorativa, intitulada “Centenário da Direção de Faróis de Portugal”, cuja emissão é composta por cinco selos, representando a DF e o Farol do Bugio, pela sua singularidade, o Farol do Cabo da Roca, que, erigido em 1772, é o mais antigo em funcionamento, o Farol do Cabo de São Vicente, único em Portugal que mantém a sua impressionante ótica hiper-radiante, o Farol da Ponta do Pargo, que, localizado a 312 metros de altitude, é o mais elevado, e o Farol do Albarnoz, o mais ocidental da Europa. Foi igualmente apresentado o projeto de uma série de cinco moedas comemorativas, alusivas aos Faróis de Portugal, criada em parceria com a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, que serão lançadas ao longo do ano.

A Cerimónia Comemorativa do dia 23 de maio, além dos eventos já mencionados, representou também o arranque de um conjunto de atividades de natureza cultural, educativa e desportiva, que têm como objetivo, não só o de reforçar o prestígio e a relevância da DF, como organismo dedicado ao Assinalamento e Posicionamento Marítimo, contribuindo para a segurança da navegação na costa portuguesa, mas também, para divulgar a memória dos faróis, do pessoal faroleiro e da cultura marítima em geral, participando na preservação da identidade e interesses iminentemente marítimos dos portugueses.

Outro aspeto a relevar é o da promoção das relações institucionais com o Setor Público e Privado, na associação conjunta de projetos futuros com a Direção-geral da Autoridade Marítima (DGAM) que visem promover e desenvolver a cooperação da DF com a sociedade civil.

É meritório que, em virtude da convergência dos valores culturais, científicos e patrimoniais, a elaboração e concretização do programa do Centenário tenha contado com a prestigiada parceria de várias entidades, nomeadamente da Câmara Municipal de Oeiras, município onde, desde 1926, se encontra sediada a DF.

## AS COMEMORAÇÕES

Deste modo, inserido na Comemorações do Centenário, entre o Município de Oeiras e a DGAM, foi assinado um protocolo de cooperação para fomentar ações de envolvimento e prestação de serviços à comunidade, nos campos da educação, formação, literacia do oceano e tecnologias associadas, cultura, património, desporto e turismo náutico, assim como nos da investigação e experimentação.

Para assinalar a parceria, no dia 28 de maio, no Farol do Bugio, realizou-se a apresentação de uma edição especial do vinho de Carcavelos, intitulada “Vinho de Carcavelos Villa Oeiras Colheita 2012 – 1924 PHAROES 100 Anos”. O vinho apresentado estagiou durante 11 anos na Adega do Palácio do Marquês de Pombal e um ano no Forte de S. Lourenço, em barricas de 225 Litros de Carvalho Português. O evento contou com a presença do Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, ALM Henrique Gouveia e Melo.

Também integrado nas comemorações do Centenário, no dia 1 de junho, a Banda da Armada, com a participação especial da dupla musical “Anjos”, atuou no Jardim Municipal de Oeiras, integrando o programa das Festas de Oeiras 2024, evento que contou com enorme afluência popular. Nesta data, teve também início a primeira etapa da VI edição do “Farol Bike Tour”, um evento desportivo constituído por sete etapas, com participantes militares e militarizados da Marinha Portuguesa, que percorreram diversos faróis portugueses, com partida do Farol do Cabo Espichel. A última etapa terminou no dia 7 de junho com a chegada dos participantes ao Farol da Gibalta.



## *A luz que guia o navegante e o encaminha em segurança ao porto de abrigo*

A DF foi criada por decreto em 23 de maio de 1924, em virtude do aumento significativo do número de faróis e dispositivos de assinalamento implantados, tendo como principal objetivo concentrar numa única entidade a responsabilidade por todas as Ajudas à Navegação em Portugal Continental e pela gestão do pessoal faroleiro.

Inicialmente sediada em Caxias, em 1926, foi posteriormente transferida, em 1946, para as instalações do extinto Grupo de Defesa Submarina da Costa, em Paço de Arcos, local onde permanece até aos dias de hoje. Desde 1961, a DF conta com o Edifício do Comando e a Escola de Faroleiros (atualmente convertida no Núcleo de Formação de Faroleiros da Escola de Autoridade Marítima).

A DF exerce a direção técnica nacional para o assinalamento e posicionamento marítimo, e nos dias de hoje, opera e mantém a rede de assinalamento costeiro, bem como

a rede nacional de posicionamento diferencial DGPS (*Differential Global Positioning System*).

Compete-lhe também o estudo para a criação, supressão ou modificação das ajudas à navegação e a inspeção de todos os dispositivos de assinalamento marítimo, costeiro e portuário, de forma a garantir a sua conformidade com as recomendações internacionais. A DF trata ainda da emissão de pareceres técnicos sobre projetos de assinalamento marítimo ou projetos em zonas de servidão de sinalização marítima e da elaboração de estudos tendentes à adoção de novos materiais e equipamentos.

Este órgão centenário dispõe de uma guarnição altamente especializada, composta por 35 militares, 44 militarizados e 18 civis. Além da sua guarnição, a DF dispõe ainda de 114 faroleiros ao serviço, que mantêm uma rede constituída por 30 faróis no continente, 16 nos Açores e 7 na Madeira.



Até maio de 2025, estão ainda previstos diversos eventos para celebrar os 100 anos da DF. Com efeito, as comemorações têm-se revestido de elevada importância institucional, salientando a relevância da DF na estrutura da Autoridade Marítima Nacional, no concelho de Oeiras e através das diversas relações institucionais estabelecidas, traduzindo-se no reconhecimento unânime da sua capacidade operacional, do seu elevado valor científico, patrimonial, histórico e cultural, bem como da qualidade profissional e humana dos seus operacionais, que briosamente a guarnecem.

No âmbito da sua missão e tendo em consideração as boas práticas ambientais e de sustentabilidade ambiental, a DF conquistou duas vezes o Prémio Defesa Nacional e Ambiente, com os trabalhos de “Energia Solar no Farol da Berlenga” e “O contributo da Autoridade Marítima Nacional, apoiada pela Marinha, na proteção e defesa da Reserva Natural das Ilhas Selvagens”, em 2001 e 2019 respetivamente, tendo contribuído para a consciencialização ambiental das Forças Armadas Portuguesas.



No plano internacional, como membro fundador e representante nacional na IALA (*International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities*), a DF contribui para o esforço comum de harmonização das Ajudas à Navegação em todo o mundo e para garantir que a navegação seja segura, célere e económica, protegendo, em simultâneo, o meio ambiente. Neste âmbito, Portugal é o 27º país a aprovar e ratificar a alteração do estatuto da Convenção IALA, de Organização Não Governamental (ONG) para Organização Intergovernamental (OIG).

Além das suas competências no âmbito do assinalamento marítimo, a DF desenvolve uma política ativa de divulgação do seu património através da abertura ao público, quer dos faróis, quer do seu Núcleo Museológico, onde se encontram expostas peças de grande valor histórico, permitindo perceber a evolução dos mecanismos utilizados nos faróis portugueses ao longo do tempo. Neste âmbito, no dia 7 de setembro de 2023, Portugal, através da DF, constituiu-se como um dos seis Países fundadores da Rota Europeia de Faróis (*European Route of Lighthouses, ERoL*), com o objetivo primeiro do reconhecimento deste vasto património pelo Conselho da Europa e criar uma rota patrimonial que promova turisticamente os Faróis, interna e externamente, e fomenta a criação cultural e artística.

Ao longo dos seus 100 anos de existência, a DF tem-se constituído como o organismo primeiramente responsável pela manutenção e inovação do assinalamento marítimo nacional, e, conseqüentemente, pela segurança marítima nas águas nacionais, contribuindo inequivocamente para o prestígio da Marinha, da Autoridade Marítima Nacional e de Portugal.



Colaboração da DIREÇÃO DE FARÓIS



# COMUNICAÇÕES NAVAIS

## DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Atualmente, vivemos uma época de profundas mudanças e desafios nas Comunicações Navais as quais, não só é fundamental entendê-las, como é crucial acompanhar, permitindo à Marinha continuar a garantir um dos pilares essenciais ao cumprimento das suas missões: a capacidade de Comando, Controlo e Comunicações (C3) das suas forças e Unidades Navais.

*“A informática e as telecomunicações serão para o século XXI o que as rodovias foram para o século XX”, Bill Clinton, 42º Presidente dos Estados Unidos da América.*

Os desafios que hoje emergem às Comunicações resultam sobretudo, do grande desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) verificado nas últimas décadas e são similares a grandes mudanças estruturais ocorridas no passado, as quais a Marinha soube aproveitar e potenciar. Neste âmbito, constituem-se como exemplos paradigmáticos deste facto o surgimento da Telegrafia sem Fios (TSF), no início do século XX, o salto qualitativo promovido pela chegada das fragatas da classe Vasco da Gama, no início da década de noventa, e no início deste século a edificação do Centro de Comunicações, de Dados e Cifra da Marinha (CCDCM), em outubro de 2005, e do Centro de Comunicações dos Açores (CCA), em abril de 2014, culminando com o fim das Estações e Postos Radionavais<sup>1</sup>.

Decorrente da conjuntura interna e externa que afeta a Marinha e Portugal, do *Mid-life Upgrade* (MLU) dos navios da classe Bartolomeu Dias, do fim de vida útil de alguns equipamentos, da digitalização crescente dos sistemas e da emergência de novas tecnologias, identificam-se quatro grandes desafios que se

colocam às Comunicações Navais, nomeadamente: a modernização de equipamentos; a atualização criptográfica; a gestão do espectro; e os recursos humanos. Neste contexto, caracterizar-se-á em seguida cada uma destas problemáticas, identificando-se desafios e oportunidades.

### MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Como em qualquer outro setor ou área, ao atingir-se o fim de vida dos equipamentos em utilização é necessário reinvestir em novas tecnologias, que permitam não só garantir as tarefas desempenhadas, como introduzir novas funções, não sendo as Comunicações exceção à regra.

Efetivamente, a modernização das Comunicações Navais é um objetivo constante, encontrando-se vários projetos e trabalhos em curso na Marinha, particularmente no que concerne às Comunicações rádio para além da linha de vista (*Beyond Line-of-Sight* – BLOS), na atualização das Comunicações por satélite



militares (MILSATCOM) das unidades navais e na sustentação das capacidades implementadas, em particular do *Global Maritime Distress and Safety System* (GMDSS) e do *Broadcast and Ship-Shore* (BRASS). Neste âmbito, perante a importância das Comunicações MF/HF nas missões da Marinha e das Forças Armadas, quer pela sua resiliência, como também pela sua disponibilidade e fiabilidade, afigura-se relevante destacar o sistema BRASS (Figura 1).

O BRASS, em operacionalização há mais de duas décadas<sup>2</sup>, representa a capacidade nacional de envio e receção de voz e de mensagens militares através das bandas de MF e HF de uma forma automatizada, assim como os serviços Navio-Terra e de *Maritime Rear Link* (MRL)<sup>3</sup>. Complementarmente, a infraestrutura do BRASS serve, ainda, de suporte ao funcionamento do GMDSS.

Porém, o funcionamento e capacidade do sistema BRASS poderá a curto-médio prazo estar comprometida, em virtude da obsolescência técnica e logística dos equipamentos instalados nos locais de transmissão (LTx) e de receção (LRx) da Penalva e Fonte da Telha, respetivamente.

Neste quadro, para além da necessária modernização faseada dos transmissores, dos recetores e da matriz de antenas, emerge como oportunidade a evolução desejada pela NATO, do Sistema BRASS, designado de *BRASS IP Enhancement System* (BRIPES), o qual visa capacitar o sistema com um conjunto de serviços de *Internet Protocol over HF* (IPoHF), tais como o *Tactical Military Message Handling System* (T-MMHS), correio eletrónico (SMTP), serviços *Web* e *chat*. Este desenvolvimento visa transformar as atuais estações BRASS existentes em capacidades novas e modernas, interoperáveis com as tecnologias emergentes e com capacidade de integrar diferentes redes em IP, que permitirão apoiar tanto a comunidade naval, como

forças terrestres destacadas em diversos cenários, constituindo-se como alternativas viáveis e de baixo custo, especialmente quando comparadas com as SATCOM.

## MODERNIZAÇÃO CRIPTOGRÁFICA

A modernização criptográfica em curso no seio da Aliança Atlântica é um programa abrangente e exigente que tem como finalidade a substituição de equipamentos criptográficos obsoletos, por equipamentos com algoritmos mais robustos e adequados à capacidade computacional quântica que floresce a ritmo acelerado. A existência de diversos sistemas rádio ainda não dotados de tecnologia IP, em particular na componente naval, obriga à utilização de equipamentos de cifra dedicados a estes sistemas. Ademais, a grande dependência em relação aos sistemas criptográficos da NATO exige por um lado, o estreito acompanhamento e integração nos pacotes de aquisição de equipamentos e sistemas de produção de chaves e, por outro, uma aposta permanente na formação e treino nesta área.

A nível nacional, a evolução criptográfica da Marinha tem ocorrido pela necessidade de modernização da radiodifusão<sup>4</sup> marítima nacional e NATO, a qual obrigou à aquisição de máquinas com algoritmos criptográficos mais robustos e complexos – as KIV-7M<sup>5</sup>, bem como por força da MLU das Fragatas. Neste último caso, salientam-se os processos de aquisição de máquinas de cifra para o sistema *Identification Friend or Foe* (IFF) Modo 5, em substituição do IFF Modo 4, descontinuado desde o ano de 2020, e a capacitação em *Link 16*, e em *Link 22* substituindo o *Link 11*, o qual tem o seu término previsto para o final de 2024. Com efeito, este processo de modernização criptográfico, embora exigente do ponto de vista financeiro e tecnológico, é crucial que seja implementado, na máxima extensão possível na esquadra, de forma a garantir a necessária interoperabilidade com as unidades de países aliados e forças NATO.



## ESPECTRO RADIOELÉTRICO

A utilização crescente das radiocomunicações com recurso ao espectro radioelétrico, devido em particular à necessidade progressiva de mobilidade e ao desenvolvimento de tecnologias emergentes e disruptivas, evidenciam a importância deste recurso natural, público e acessível em todos os países, para os Estados e para a melhoria da qualidade de vida das sociedades.

Na verdade, as radiocomunicações são utilizadas em todos os setores de atividade como, por exemplo, nas redes e serviços de Comunicações eletrónicas, incluindo radiodifusão, defesa nacional, segurança pública, negócios e indústria, Comunicações aeronáuticas e marítimas, ajudas à navegação, Comunicações móveis, investigação científica, radioastronomia, entre outros.

Como exemplo claro deste facto, salienta-se o leilão para atribuição de faixas para a utilização da tecnologia 5G<sup>6</sup> (faixa dos 700 MHz e 3,6 GHz) e outras faixas relevantes (900 MHz, 1800 MHz, 2,1 GHz, 2,6 GHz), o qual terminou em 28 de outubro de 2021, tendo o Estado arrecadado o montante total de 566,802 milhões de euros. A necessidade deste leilão ficou essencialmente a dever-se ao facto de o espectro encontrar-se saturado perante a multiplicidade de tecnologias que assentam o seu funcionamento neste recurso. Perante isto, é inevitável caminhar-se para uma utilização cada vez mais partilhada do espetro, atendendo às exigências dos serviços que se perspetivam no futuro e à escassez de frequências exclusivas que poderão ser disponibilizadas.

No âmbito da gestão do espectro radioelétrico, importa ainda salientar que existem faixas designadas por “faixas militares” e “faixas civis”. As faixas militares são aquelas consideradas vitais para as Forças Armadas e Forças de Segurança Nacionais, bem como para utilização dos comandos e forças NATO em território

nacional, no âmbito dos acordos em vigor. A gestão das “faixas militares” está delegada pela ANACOM ao Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA), mantendo as duas entidades, desde 1974, um Acordo Nacional de Partilha de Frequências em Tempo de Paz.

Neste quadro de escassez e concorrência, perante a criticidade deste recurso para o cumprimento da missão da Marinha, importa **manter** as faixas atualmente atribuídas para aplicação militar, **garantir** o acesso a novas sub-faixas para exploração de novas tecnologias, como por exemplo o 5G e 6G, e promover a **atribuição** de espectro em faixas que sejam essenciais para o desenvolvimento de novos sistemas militares, tais como os Sistemas Não Tripulados Militares.

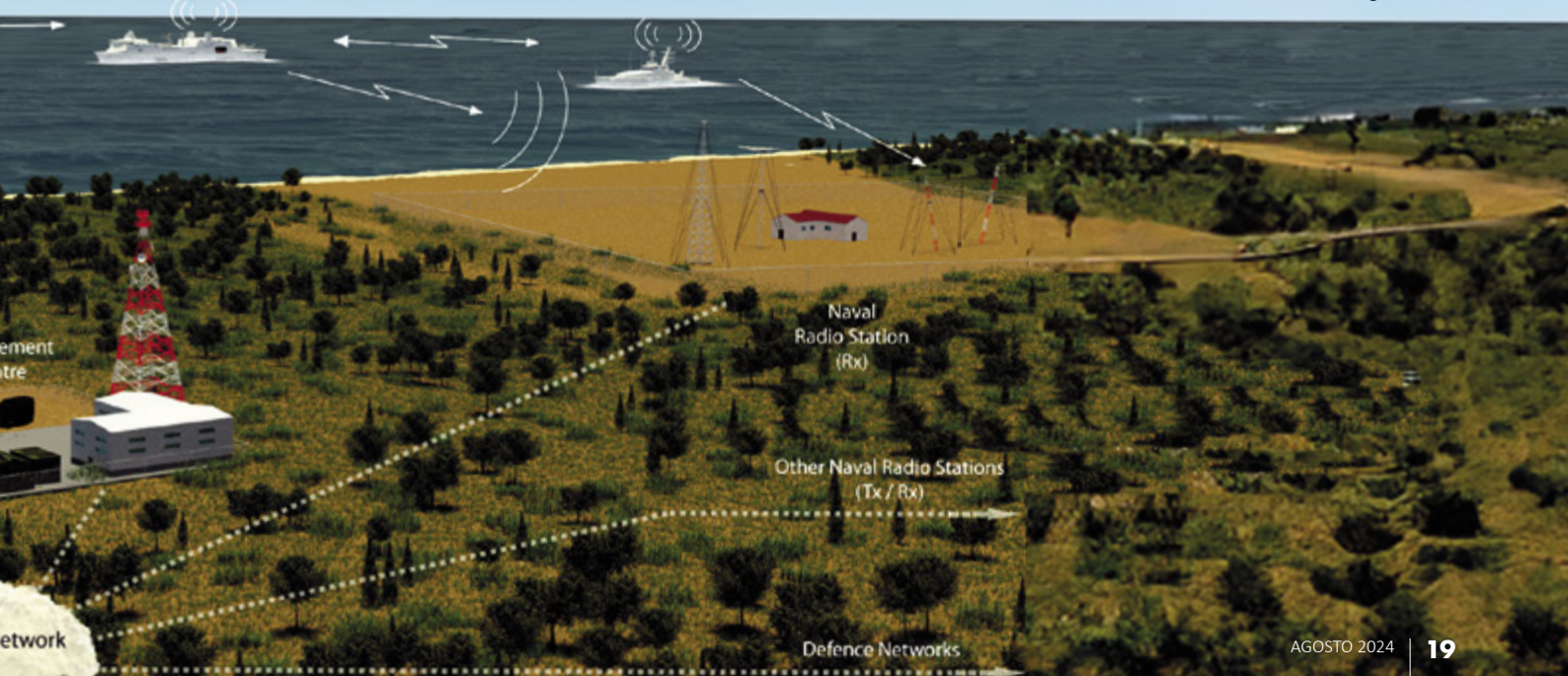
## RECURSOS HUMANOS

Por fim, o último grande desafio que importa salientar prende-se com o pessoal afeto à área das Comunicações, o qual, para além de se constituir como um bem escasso, enfrentam os grandes óbices de se adequarem a uma era dominada pelo digital.

Efetivamente, nos últimos anos tem-se assistido a uma diminuição das fronteiras entre os sistemas de comunicações e os sistemas de informação, o que obriga a uma permanente adaptação por parte dos militares de Comunicações, de forma a estarem habilitados a operar com os mais recentes e avançados equipamentos nesta área, tais como rádios, satélites, tecnologias 4/5/6G, sistemas criptográficos, entre outros.

Além disso, a introdução de soluções IP e a disponibilização de serviços assentes na *internet*, se por um lado incrementam as velocidades e a capacidade de transmissão de dados, por outro acarretam preocupações adicionais no âmbito da Segurança da Informação (SI). Assim, cada vez mais, os militares de

Figura 1





Operador de Comunicações na Marinha (CCDCM, 2023)

Comunicações não só têm de estar despertos para esta imediatividade, como têm de saber precaver situações que possam originar comprometimentos na SI e atuar no caso destas ocorrerem, de forma a mitigar as consequências. Para isso, torna-se imperativo adequar as especializações de Comunicações a esta realidade, dando-se enfoque a temas como a Segurança das Comunicações, a Segurança dos Computadores, a Cibersegurança e a Ciberdefesa.

Não obstante, esta perspetiva não implica que a formação de base em áreas como as Comunicações Rádio e Visuais seja colocada para um segundo plano. Com efeito, se por um lado são as Comunicações Rádio que garantem, e espera-se que continuem a garantir a resiliência das Comunicações Navais da Marinha, já as Comunicações Visuais reduzem as emissões eletromagnéticas, medida particularmente importante quando uma unidade se encontra a navegar integrada numa Força Naval, nas imediações de forças beligerantes.

Assim, numa conjuntura em que ao nível conjunto das Forças Armadas se dá primazia ao reforço da capacidade nacional de Ciberdefesa, importa como oportunidade efetuar um esforço conjunto de formação dos militares nas TIC, considerando-se que existe um saber base nesta área do conhecimento que qualquer militar ou civil que preste serviço na Marinha e nas Forças Armadas deva possuir.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados mais de 120 anos das primeiras experiências de Comunicações sem fios na Marinha<sup>7</sup>, tecnologia que viria a marcar praticamente todo o século XX naval, também hoje as Comunicações Navais se deparam com a necessidade de se modernizarem e evoluírem, de forma a superarem os grandes desafios do presente.

Para isso, tal como ficou demonstrado no passado, a ligação à indústria nacional tem sido na área dos SIC bastante proveitosa para o País e em particular para a Marinha<sup>8</sup>, devendo esta continuar a desempenhar um papel de charneira na procura de soluções, que permitam disponibilizar recursos e otimizar processos.

A necessidade de obtenção de novos equipamentos, incluindo os criptográficos, desencadeará por certo, um processo de introdução de novas tecnologias na área dos SIC. Esta inevitabilidade, ainda que possa vir a enfrentar alguma resistência inicial na organização e exija uma adequação nos planos de formação, conduzirá seguramente a uma maior eficiência nos processos e contribuirá para uma diminuição dos Recursos Humanos, tal

como sucedeu aquando do término das Estações Navais e da edificação dos dois Centros de Comunicações principais.

Todavia, este processo de introdução de novas tecnologias, não deverá pôr em segundo plano as Comunicações rádio. Pelo contrário, numa época em que outros meios de Comunicações (móveis, satélites, cabos submarinos) se encontram cada vez mais sujeitos a fenómenos de disrupção e degradação devido a condições naturais e às que são impostas por atores externos, as Comunicações em MF/HF assumem um novo destaque, para além de ser o segmento sobre o qual, ainda, é possível preservar alguma autonomia.

Complementarmente, para que os sistemas atuais e as novas tecnologias possam vir a ser integradas, é necessário possuir espectro radioelétrico disponível para as utilizar, circunstância que exigirá um permanente e atento acompanhamento da evolução deste incalculável recurso.

Apesar de se considerar que o futuro das operações passará, inevitavelmente, pela utilização de sistemas “Unmanned”, como de resto a Marinha Portuguesa tem demonstrado com elevado brio e relevância naquele que é atualmente o maior exercício de robótica mundial – REPMUS<sup>9</sup>, os Recursos Humanos continuarão a desempenhar um papel central e único, sem o qual, não existirão boas Comunicações.

Tal como no passado, a Marinha continua a ser pioneira na área das Comunicações. Primemos que assim continue!



**Nelson Santos Martins**  
CFR

**António Ramos Carvalho**  
CTEN

*Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação do CN*

**Nota:** *Este é um artigo de opinião dos signatários, que não vincula a instituição.*

### Notas

<sup>1</sup> No século XX, as Estações e os Postos Radionavais constituíram a espinha dorsal das comunicações na Marinha, conectando o Continente aos Arquipélagos e aos antigos territórios portugueses ultramarinos de África, Ásia e na Oceânia. Em 1974, Portugal possuía 26 Estações Radionavais e 99 Postos Radionavais, dispersos por estes territórios, tendo sido, progressivamente, desativados.

<sup>2</sup> O projeto BRASS foi formalizado com a assinatura de um acordo entre Portugal e a NATO, em 14 outubro de 2003, assente no princípio da partilha de infraestruturas e equipamentos, tendo sido participado pela NATO em cerca de 56% (restantes 44% Nacionais).

<sup>3</sup> Ligação em voz e RATT entre o Comando em terra e os navios que é feita a pedido, por motivos e necessidades operacionais.

<sup>4</sup> Esta *milestone* foi atingida durante o presente ano de 2023.

<sup>5</sup> Em substituição das KWR, da década de 90.

<sup>6</sup> O 5G é a quinta geração das tecnologias e padrões de comunicação *wireless* (sem fio), ou seja, é a rede preferencial que será utilizada pelos dispositivos móveis para se ligarem à *Internet*. Na prática, é uma evolução da tecnologia 4G, sendo que se espera que revolucione as comunicações, através da promoção de uma “hiperconectividade”.

<sup>7</sup> Realizadas em 26 de maio de 1902, entre o cruzador *D. Carlos* e a Cidadela de Cascais (Anais do CMN).

<sup>8</sup> Neste universo, releva-se o caso do Sistema Integrado de Controlo de Comunicações (SICC).

<sup>9</sup> *Robotic Experimentation Prototyping augmented by Maritime Unmanned Systems*. Este exercício, com periodicidade anual, tem lugar em Portugal e é conduzido pela Marinha.

# OS JERÓNIMOS

Gentes,  
Monumentos  
e Acontecimentos

1

Pensado mesmo no final do Séc. XV<sup>1</sup> como obra-padrão de uma potência ocidental, após o dimensional impacto dos extraordinários feitos de Bartolomeu Dias, Vasco da Gama e Cabral, o Mosteiro de Santa Maria de Belém, ou dos monges Jerónimos, cuja edificação se iniciou precisamente em 1501, é, talvez, a obra-referência<sup>2</sup> da Idade de Ouro Portuguesa, na sua magnífica e exuberante estética manuelina, no seu desenho ao mesmo tempo sereno e *hiper-rendilhado* e na sua pose colossal de Igreja-salão, onde aquela Ilustríssima pedra acolhe, para sempre, na sua condição de panteão Real, os Reis D. Manuel, D. João III<sup>3</sup>, D. Henrique e D. Sebastião<sup>4</sup>, e também as figuras maiores da simbologia e cultura nacional como o próprio Vasco da Gama, Luís Vaz de Camões, Herculano e Pessoa.

Os Jerónimos são, sem dúvida alguma – em paralelo com algumas catedrais erigidas, designadamente, em Inglaterra, em França ou em Itália –, uma das obras-primas da arquitetura religiosa do Ocidente de Quinhentos, e<sup>5</sup> são, inelutavelmente, o produto mais apurado da soberba e única elegância manuelina.

Por tudo o que representa para os Portugueses<sup>6</sup>, os Jerónimos, construídos há mais de 5 séculos nos beirais das praias de Belém, são, em toda a sua simbologia cultural e artística, a medula óssea do orgulho e do Conhecimento, e sobre este monumento, classificado pela UNESCO em 1983 como património da Humanidade,

se debruçará o presente artigo, o primeiro da coleção de Gentes, Monumentos e Acontecimentos.

## ENQUADRAMENTO E HISTÓRIA

Uma Bula de Pio III, de 14 de Outubro de 1459 instituiu a paróquia da Ermida de Santa Maria de Belém (ou do Infante)<sup>8</sup>, tendo sido doada à Ordem de Cristo no ano seguinte. Posteriormente, pela Bula de 23 de Junho de 1496, e a pedido do Rei, é fundado o Mosteiro de Santa Maria de Belém na Ermida, e doado à Ordem de S. Jerónimo a 17 de Janeiro de 1499. Com a Bula de 21 de Abril de 1500, foi dada, em definitivo, a posse canónica ao Mosteiro.

Um edifício com tais dimensões, apenas superado, na sua área global, em Portugal, por Mafra, Tomar, Tibães, Alcobaca e, eventualmente<sup>9</sup>, o Lorvão, teve um processo construtivo estendido no tempo, sendo que, no caso dos Jerónimos, durou quase 100 anos, e ainda no Séc. XVII tinha algumas alas em construção, como a própria Biblioteca. A planta original do mosteiro, de 1499/1500, previa, arquitectonicamente, a Igreja, a Sacristia, os confessionários<sup>10</sup>, o Claustro, e salas anexas, tendo sido alterada até nas suas dimensões iniciais. A Capela-Mor original foi mandada demolir, em 1571, a pedido da Rainha D. Catarina de Áustria ao Rei, tendo-se erigido, em seu lugar, o faustoso Altar-Mor, exaltando a cenografia monumental do elemento estrutural de topo.



Foto [www.insp/ash.pt](http://www.insp/ash.pt)

Nos Jerónimos, como obra referencial da Coroa Portuguesa, trabalharam, desde início, reputadíssimos arquitectos como Diogo de Boitaca, Francisco de Arruda, João de Castilho, Jerónimo de Ruão, João Antunes, Diogo de Torralva, e, mais tarde, Manuel do Couto, Mateus do Couto, Teodósio de Frias, Rafael da Silva Castro, Rambois e Arnaldo Bermudes, canteiros famosos como Nicolau Chanterenne, e mestres entalhadores como Diogo de Sarça e Lopes Ramalho; e ainda mestres escultores como Leonardo Vaz e Rodrigo de Pontezilha, Philippe de Vries, Giovanni Mosca e Teixeira Lopes.

Com o evoluir do tempo, todo o amplo edificado ficou conhecendo outras

utilizações, que lhe produziram acentuado desgaste. Em 1763, a Tanoaria Real e a Alfândega de Lisboa ocuparam toda a arcada sob os dormitórios, e instalaram-se as Hospedarias Reais.

Em 1834, aquando da extinção das ordens religiosas em Portugal, os Jerónimos passaram para a tutela da Real Casa Pia de Lisboa, instituição dedicada a obras de caridade para com órfãos e pessoas economicamente desprotegidas, factor que, face ao uso que conheceu nessas muitas décadas, criou danos nalguns elementos escultóricos e pictóricos. Em 1859, Eugénio de Almeida mandou demolir casebres e desmontar o lado *Henriquino*, bem como adaptar as Hospedarias Reais e a Casa do Capítulo a salas de aula.

O Mosteiro, sobretudo na sua fachada virada ao Tejo, sofreu uma gravíssima derrocada já no curso do último quartel do Séc. XIX, em 1878, quando decorriam obras de reconversão do edifício para, designadamente, acolher as várias centenas de crianças à guarda da Casa Pia, pelo que uma parte significativa do longo alçado frontal ficou em situação de pré-ruína, em especial toda a zona da torre central,



sobretudo porque os trabalhos conduzidos por Rambois e Cinatti<sup>11</sup> tiveram apenas objectivos estéticos – sem bases sólidas de engenharia – na construção de um corpo central de enormíssimo porte encimado por longos pináculos góticos, que acabou por ceder e ruir<sup>12</sup>.

Em 1887/88, o Ministro das Obras Públicas, António Augusto de Aguiar, decide instalar um Museu Industrial nos antigos dormitórios, de lá desalojando a Casa Pia. Já na República, em 1913, é ordenada a demolição do Jardim do Claustro por ordem de Aurélio Costa Ferreira, então diretor da Casa Pia, sendo que, em 1936, o Claustro seria totalmente desocupado pelos alunos.

Mais tarde, as obras de 1938-40 criaram uma cenografia alusiva à época e às celebrações de então, construindo-se a Praça frontal, jardins e vias largas de acesso, retirando construções que se encontravam na frente do mosteiro, fábricas nas imediações e redireccionado o uso de campos abertos nas zonas atrás do mosteiro. A partir de 1940, a Igreja dos Jerónimos assumiu a função paroquial de Igreja da Freguesia de Santa Maria de Belém.

## A ARQUITECTURA DOS JERÓNIMOS

A Igreja, na sua planta longitudinal em cruz latina clássica com 3 naves à mesma altura, tem uma abóbada *polinervurada* e sustentada em 6 pilares de dimensões diferenciadas, com

um único texto ogivado e rendilhado, de *abobadamento integral*<sup>13</sup>, quase plano, o que permite, pelos vitrais, uma luminosidade perfeita na Igreja. Os pilares estruturais da Igreja são, seguramente, dos mais belos do mundo, na sua iconografia imensa e na majestade escultória que têm. O portal Sul, de frente para o Tejo, encrustado na imponente fachada dos Jerónimos com mais de 300 metros, tem 33 metros de altura e a sua composição escultórica, de uma extraordinária elegância, integra mais de 40 figuras<sup>14</sup> todas alusivas à história e religião. Menos visualmente sumptuoso, mas igualmente de grande rendilhado escultórico alusivo a temas religiosos e culturais, o portal principal – no qual está figurado na pedra o Rei D. Manuel<sup>15</sup> – está alinhado com o Altar-Mor, e dá acesso largo ao batistério e, mais à frente, nas laterais, aos belíssimos túmulos de Camões e Vasco da Gama<sup>16</sup>.

A Sul, há, ainda, com notório impacto visual, um corpo com largas janelas de arco pleno, rematado por uma torre sineira amparada em arcobantes e encimada por um zimbório poligonal.

No Altar-Mor<sup>17</sup>, dotado de uma cenografia pictorial única, encontra-se o magnífico retábulo – 1570-1572 – constituído por 5 tábuas do pintor seiscentista Lourenço de Salzedo<sup>18</sup>, num soberbo anfiteatro sacro mandado erigir pela Rainha D. Catarina de Áustria, e a sua composição assume, tanto pelas escadas de acesso que lhe proporcionam uma ampla e luminosa majestade, como pela sua notória dimensão estrutural, a condição de elemento magno no topo da estrutura larga em cruz latina da Igreja.

Os túmulos de grande porte, apoiados em elefantes de um belíssimo mármore cinza, incorporam a referência ao Rei de Portugal como senhor do Oriente<sup>19</sup>, simbolizando, a um tempo, a durabilidade<sup>20</sup> e efectividade do exercício do poder régio, e por outro lado, a força incomparável da sua autoridade Real, também ao serviço da Santa Sé, simbologia esta que ficou bem patente



Foto: SCH CW Dias Marias

aquando da luxuosa e inesquecível<sup>21</sup> Embaixada<sup>22</sup> enviada por D. Manuel I ao Papa Leão X, em Março de 1514, cuja figura de destaque era precisamente um elefante<sup>23</sup>, numa demonstração da imensa extensão do império Português por outros Continentes, e do poder que já então era exercido pela Coroa Portuguesa em várias latitudes geográficas, em (quase) toda a orla costeira africana, na Índia, no Oceano Índico e (então) em parte da orla costeira e dominial do Brasil.

A Sacristia, da autoria de João de Castilho – 1517-1520 – integra um muito invulgar conjunto renascentista de pinturas sobre a vida de S. Jerónimo, da autoria do mestre Simão Rodrigues, bem como telas sobre a Paixão de Cristo do mestre João Carneiro<sup>24</sup>, e tem, não apenas nas suas arcarias imensas e sumptuosas<sup>25</sup> de riquíssimas madeiras seiscentistas, como igualmente no lavrado virtuoso da pedra, um extraordinário valor escultórico agregado em que a ampla abóboda nervurada nasce de uma rica coluna central, iconograficamente erudita. A Sala do Capítulo, lateral ao Claustro, decorada por elevadas ogivas góticas, e de belos portais – de 1518<sup>26</sup> – efusivamente lavrados encimados com a Cruz de Cristo ornamentada, tem um trabalho nervurado na pedra, tendo no centro o digníssimo túmulo de Alexandre Herculano, um dos maiores historiadores nacionais de sempre.

A Sala da Biblioteca, de rica decoração, data já de 1640, sendo que, no cume da sua actividade monasterial, chegou a ter mais de 8.000 livros, muitos dos quais edições raríssimas e originais.

No Coro Alto<sup>27</sup>, ressalva a elegantíssima exuberância do cadeiral projectado, em 1548, por Diogo de Torralva<sup>28</sup>, inspirado em modelos renascentistas e maneiristas, salientando as magníficas pinturas seiscentistas e a superior riqueza das madeiras, numa composição que, embora ampla, resulta numa verticalidade visual<sup>29</sup> de grande beleza e equilíbrio estético, também pela amplitude proporcionada pelo seu espaço até ao longo varandim em balustrada<sup>30</sup>. No Coro Alto encontra-se, ainda, a famosa imagem de Cristo Crucificado, do escultor Philippe de Vries, de 1550.

O magnífico Claustro, de amplos corredores em dois andares abobadados, com os seus símbolos escultóricos da Casa Real<sup>31</sup>, na sua exuberante iconografia resultante de uma composição decorativa de elementos religiosos e naturalistas conjugados com uma elegância extrema, tem uma arquitectura quadrada ampla<sup>32</sup> e de grande luminosidade, de arcadas abertas com ricas pilastras filigranadas e rendilhadas, estruturalmente perfeitas no seu equilíbrio escultural, sendo, em toda a sua pujança artística, uma obra-prima da Renascença europeia<sup>33</sup>, ainda que se possa considerar o manuelino uma forma arquitectónica mista de gótico tardio.

No topo Sul do Mosteiro, com entrada pelo frontal ogivado, funciona, desde 15 de Agosto de 1962<sup>34</sup>, o Museu de Marinha – que já antes funcionara, no seu formato mais inicial, na Sala do Risco do edifício da Ribeira das Naus, e também no Palácio Conde Farrobo, nas Laranjeiras –, sendo, reconhecidamente, no seu âmbito, um dos mais completos<sup>36</sup> e melhores museus do mundo.

Por tudo o que historicamente representa para a axiologia da Portugalidade, todo o soberbo edificado artístico dos Jerónimos é, na erudição da linguagem das suas pedras, e na sua magnificência estética única<sup>37</sup>, uma obra inigualável e absolutamente irrepetível.



**Dr. Luís da Costa Diogo**  
Diretor Jurídico da DGAM

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

## Notas

<sup>1</sup> O Rei D. Manuel I fez o pedido formal à Santa Sé em 1496 para a edificação de um mosteiro nas margens do Tejo – perto do local onde se construíam e partiam as caravelas –, para os monges da Ordem de S. Jerónimo.

<sup>2</sup> Obviamente, com o conjunto arquitectónico que representa com a Torre de Belém.

<sup>3</sup> E as Rainhas D. Maria de Castela e Aragão e D. Catarina de Áustria.

<sup>4</sup> Erguido simbolicamente, claro está.

<sup>5</sup> Juntamente com Tomar.

<sup>6</sup> E também para os milhões de visitantes que, ao longo dos anos, apreciam os Jerónimos.

<sup>7</sup> Monumento nacional desde 1907.

<sup>8</sup> Onde navegadores e marinheiros rezavam antes das suas missões e fainas.

<sup>9</sup> E também todo o edificado do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, na Batalha.

<sup>10</sup> 12, o número dos apóstolos.

<sup>11</sup> *Dois cenógrafos contratados para trabalhar no Teatro de S. Carlos.*

<sup>12</sup> No ano seguinte, em 1879, foram dadas instruções para repensar a reconstrução, com o apoio da Administração da Casa Pia (Eugénio de Andrade), mas foi um processo longo, moroso, também devido ao enormíssimo orçamento necessário para o âmbito dos projectos. Acabou por ser escolhido o projecto de Parente da Silva, implicando a reformulação de elementos originais do mosteiro, o qual seria concluído já durante a primeira década do século XX.

<sup>13</sup> Dália Rodrigues, directora do Mosteiro, apresentação dos Jerónimos.

<sup>14</sup> Encimadas pela figura de N.ª Sra. dos Reis Magos.

<sup>15</sup> Bem como a Rainha.

<sup>16</sup> Só ali colocados em 1940, mas antes construídos em linguagem neo-manuelina.

<sup>17</sup> Construído sobre a traça de Jerónimo de Ruão (arquitecto coimbrão, 1530-1601), filho do arquitecto e escultor João de Ruão.

<sup>18</sup> De escola formada nas oficinas romanas de Giorgio Vasari e Giovanni Siciolante.

<sup>19</sup> Numa alusão clara ao seu desejo de ser reconhecido pelo Papa como imperador do Oriente. Sublinhe-se que, o Venturoso, desde 1499, tinha o título de *Rei de Portugal e dos Algarves, d'Além e d'África, Senhor do Comércio, da Guiné e da Conquista e da Navegação da Arábia, Pérsia e Índia.*

<sup>20</sup> Devido à extensa idade que os elefantes atingem (sendo que, na altura, se pensava que teriam uma longevidade muito maior).

<sup>21</sup> Que marcou, aliás, de forma muito relevante, o próprio Papa, Roma e a Europa de então.

<sup>22</sup> Chefiada por Tristão da Cunha, que tinha já sido nomeado, logo de início (1504), Vice-Rei e Governador da Índia, não obstante não ter chegado a exercer o cargo por questões de saúde (foi substituído por D. Francisco de Almeida), incluindo a famosa Embaixada, ainda, Diogo de Pacheco, João de Faria e Garcia de Resende.

<sup>23</sup> Além de outros animais exóticos de outros Continentes como um cavalo persa e uma onça.

<sup>24</sup> E ainda uma pintura de Nossa Senhora da Nazaré, de Josefa de Óbidos.

<sup>25</sup> De Jerónimo de Ruão.

<sup>26</sup> Data de construção do bellissimo e longo Refeitório, com os seus tectos nervurados, e com um deslumbrante lambriel de azulejos colocados, muito mais tarde, no Séc. XVIII.

<sup>27</sup> Local usado pelos monges para orações e cânticos, logo desde o Séc. XVI.

<sup>28</sup> Mas executado por Diogo de Sarça.

<sup>29</sup> É uma obra-prima da carpintaria renascentista.

<sup>30</sup> Reconstruído em 1883, devido aos danos provocados pelo terramoto de 1755.

<sup>31</sup> Como sejam o escudo régio, a esfera armilar e a simbologia da Ordem de Cristo.

<sup>32</sup> E de cantos cortados, dando uma imagem visual de um falso octógono.

<sup>33</sup> Da chamada Alta Renascença.

<sup>34</sup> Sendo que, em 1959, foi aprovado em definitivo o plano para a instalação e ocupação simultânea dos Museus de Marinha e Etnológico, e a construção da Ala Poente e primeiro piso da Ala Norte. Em 1965, procedeu-se à inauguração do Planetário Calouste Gulbenkian.

<sup>35</sup> Em 1936, dá-se a transferência provisória do museu para o anexo ao Mosteiro. Em 1954/5, e por decisão dos Ministérios da Marinha e das Obras Públicas, previa-se a instalação definitiva do museu no anexo Poente aos Jerónimos.

<sup>36</sup> Aquando da realização, há já mais de duas décadas, da reunião semestral do *Port State Control* (que integrava delegados de dezena e meia de países europeus e do Canadá), em Lisboa, vários desses delegados disseram ao autor do presente artigo que (conhecendo eles a maioria dos museus dedicados à Marinha no mundo), o nosso era, seguramente, um dos 3 melhores que já tinham visto.

<sup>37</sup> Admirado por quase 1 milhão de visitantes por ano.

# GUERRA NO PACÍFICO

## FLINTLOCK



*Desembarque da Quarta Divisão de Fuzileiros Navais Americanos, no Atol de Kwajalein, nas ilhas Marshall. A Unidade de Comando e Controlo chega à praia e leva o seu equipamento para terra*

Still Picture Branch, Arquivos Nacionais dos EUA  
Registo original da fotografia 80-G-208984 da Marinha dos EUA.  
CINCPAC

O Almirante Nimitz não era pessoa para ostentar o seu enorme poder, legitimado pela sua posição hierárquica. Pelo contrário, ao presidir a discussões no seu quartel-general, geralmente contentava-se mais com ouvir do que com falar. Ouvia as objeções e críticas dos oficiais do seu estado-maior e dos seus comandantes, sem qualquer preconceito relativamente à antiguidade dos protagonistas. Procurava sempre conduzir as reuniões por forma a chegar a um consenso antes de dar a sua aprovação às ordens operacionais. Raramente contrariava os seus conselheiros impondo arbitrariamente a sua autoridade, em particular quando a oposição era unânime.

Mas, a 7 de dezembro de 1943, o segundo aniversário do ataque a Pearl Harbor, quando os seus comandantes, após a operação Galvanic, se reuniram no seu quartel-general, Nimitz anunciou que tinha decidido uma estratégia mais ousada para a próxima fase da campanha do Pacífico Central. A 5ª Esquadra iria diretamente para o coração das Marshall e o desembarque seria efetuado no atol principal, Kwajalein. Os atóis e aeródromos controlados pelos japoneses a sul e a este, Maloelap, Wotje, Mille e Jaluit, seriam bombardeados e flanqueados e só seriam tomados mais tarde, se tal se mostrasse necessário.

Na verdade, foi uma decisão mais ambiciosa do que Ray Spruance, Kelly Turner e Holland Smith poderiam ter imaginado, e os três foram expeditos a apresentar argumentos contra. Spruance considerava que contornar os outros atóis deixaria a retaguarda desprotegida o que ameaçaria as comunicações entre o Havai e as Gilberts. Turner e Smith, depois da devastação de Tarawa, eram a favor da concentração de todo o Corpo Anfíbio num único objetivo no sudeste das Marshall.

Contudo, Nimitz tinha informações relevantes sobre a situação. De facto, os Japoneses tinham reforçado o perímetro do atol à custa de meios que estavam atribuídos à sua ilha principal, a ilha de Kwajalein, sendo provável que esta ilha fosse muito mais fácil de ocupar, neutralizando as outras pequenas ilhas através de ataques aéreos e o controlo do mar. Nimitz manteve-se firme. No final, depois de todo o debate, Nimitz deu o assunto por encerrado, decidindo-se pelo ataque a Kwajalein.

Na realidade, os Japoneses não esperavam um ataque direto a Kwajalein pelo que a abordagem ousada de Nimitz provou

ser a mais correta. Chikaraka Nakaiima, oficial do estado-maior da Esquadra Combinada Japonesa, diria, após o final da guerra: “Havia opiniões divididas sobre se o desembarque seria em Jaluit ou Mille. Alguns pensavam que seria em Wotje, mas poucos apostavam que o ataque seria direto ao coração das Marshall.”

Tendo presente a necessidade de apoio logístico avançado, Spruance pediu permissão para tomar também o atol de Majuro, 270 milhas a sudeste de Kwajalein. A grande lagoa do atol de Majuro oferecia uma área de abastecimento protegida e uma excelente base avançada para as unidades da Flotilha de Apoio Logístico. Nimitz autorizou. Na realidade, os espaçosos atóis da região ofereciam ancoradouros protegidos, suficientemente grandes para acomodar toda a Esquadra do Pacífico. O Havai ficava a milhares de milhas da linha de frente, cada vez mais distante a cada novo avanço para oeste.

Nimitz informou King sobre os seus planos a 14 de dezembro. A operação recebeu o nome de código Flintlock, e o dia D, o desembarque em Kwajalein e Majuro, seria a 31 de janeiro de 1944. A equipa de comando permaneceria sem mudança: Spruance o comandante da 5ª Esquadra, Turner o comandante da Força Anfíbia, e Smith o comandante da Força de Desembarque. A TF 58, que agora era constituída por 217 navios, dos quais 12 porta-aviões com mais de 700 aviões, estabeleceria a supremacia aérea em toda a região. Dois dias antes do dia D, os aviões dos porta-aviões causariam a devastação nos aeródromos de Kwajalein e no Sudeste das Marshall. A ilha de Kwajalein foi considerada segura no dia 4 de fevereiro de 1944, após 4 dias de violentos combates. Em menos de três meses, as lições de Tarawa foram revistas e integradas no planeamento e na doutrina anfíbia, sendo os resultados considerados mais do que satisfatórios. Holland Smith concluiu no seu relatório final: “No ataque a atóis de coral, muito poucas recomendações podem ser feitas para melhorar as técnicas anteriormente recomendadas e utilizadas na operação Flintlock”.



**Piedade Vaz**  
CFR REF

# MUSEU DE MARINHA

## MEMBRO HONORÁRIO DA ORDEM MILITAR DE SANT' IAGO DA ESPADA

O Presidente da República condecorou, no passado dia 27 de junho, o Museu de Marinha, com o título de membro honorário da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, numa cerimónia que contou com a presença do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional, ALM Gouveia e Melo, do Diretor da Direção Cultural de Marinha, VALM Bastos Ribeiro, do Diretor do Museu de Marinha, CMG Alves Salgado e várias entidades civis e militares. A Ordem Militar de Sant'Iago da Espada destina-se a distinguir "o mérito literário, científico e artístico" de entidades ou instituições que se distinguem nestas áreas da sociedade e muito honra este Museu este reconhecimento.

O Museu de Marinha foi criado há 161 anos, em decreto de 22 de julho de 1863, por iniciativa do rei D. Luís. Inicialmente, foi instalado junto da Escola Naval, numa função essencialmente didática e, para a constituição do espólio, foram recolhidos os modelos de navios existentes no Palácio da Ajuda que D. Maria II havia doado à Academia Real de Guardas-Marinhas.

No entanto, em 18 de abril de 1916 um incêndio, na Sala do Risco, onde funcionava a Escola Naval (EN), consumiu um grande número de peças do espólio museológico.

Com a programada transferência da EN para a Base Naval do Alfeite, nos anos 30 do século passado, foi nomeada uma comissão, presidida pelo Almirante Gago Coutinho, destinada a preparar a transferência para o edifício do Mosteiro dos Jerónimos, do Museu Naval Português, criado pelo Decreto-Lei nº 24.409 de 24 de Agosto de 1934.

Com a conjuntura internacional da década de 40, do século XIX, os intentos de mudança do Museu ficam suspensos, mas, em 1948, por falecimento de Henrique Maufroy de Seixas, o Museu acolheu a sua notável coleção naval e marítima, constituída por milhares de fotografias, centenas de modelos de embarcações, aquarelas, quadros e planos de navios.

Com esta relevante incorporação foi necessário encontrar um local adequado para albergar o espólio e o Museu foi instalado, em parte e provisoriamente, no Palácio do Conde de Faro, nas Laranjeiras. Abriu pela primeira vez, ao público, em finais de 1949.



Foto ISAR B Pereira da Silva

Em 1954 e 1956, foram retomados os trabalhos para estudar a possibilidade de transferir, definitivamente, o Museu de Marinha para o Mosteiro dos Jerónimos e esta mudança sucedeu a 15 de agosto de 1962, onde permanece até aos dias de hoje.

Ao longo destes 161 anos de existência, múltiplas guarnições trabalharam para aumentar, manter e divulgar as peças deste espólio.

O Museu de Marinha detém hoje, no seu acervo, mais de 24.000 peças, para além do arquivo de fotografia – com cerca de 100.000 fotografias – desenhos e planos de navios – cerca de 250 – de entre as quais se selecionam 2000 que constituem a exposição permanente.

Neste milénio, o Museu foi visitado por, aproximadamente, 3 milhões de pessoas, das mais diversas idades e nacionalidades. Presidentes, monarcas, entidades civis, diplomáticas e militares, turistas, cidadãos nacionais e escolas, encantaram-se com a História Nacional vertida nas peças em exposição e que constitui um testemunho extraordinário da História Marítima dos portugueses e dos serviços prestados à Humanidade.



Colaboração do **MUSEU DE MARINHA**



Foto CMG Forinha Alves

# BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA

## ARQUIVO HISTÓRICO

O Arquivo Histórico de Marinha reúne um património documental único para a história da organização e da sua atividade cultural em conformidade com as normas nacionais e internacionais.

Em 2022 a Biblioteca Central de Marinha (BCM) – Arquivo Histórico candidatou-se a um projeto internacional de Apoios a Projetos Arquivísticos – Projeto IBERARCHIVOS 2022 com a Coleção do Acervo de Documentação da Marinha Portuguesa relacionada com o Brasil Colonial.

É um projeto Ibero-americano, envolvendo os países Ibéricos e os da América Latina e gostaríamos de salientar que fomos o único projeto nacional a ser contemplado.

O projeto tem como objetivo preservar, tratar, descrever, promover, difundir e possibilitar a pesquisa *online* de uma parte do Acervo Documental da Marinha Portuguesa relacionada com o Brasil Colonial. Permite a contextualização e estudo de conteúdos provenientes de atividades representativas da riqueza e da diversidade da história de Portugal relacionada com o projeto: emigração, pescas, conservação das matas, memórias sobre navegação de rios, agricultura, exploração salina, relações internacionais, incluindo acontecimentos relevantes daquele período da História.

A presente Coleção é constituída por documentos originais (manuscritos) e duas series documentais datilografadas (de sete livros), que resultam da reprodução de documentos escritos originais, cuja localização/existência se ignora.

Este projeto refere-se a várias linhas de ação prioritárias contempladas no Plano Operativo Anual 2022-2023, promovendo o Acesso dos cidadãos aos Arquivos, Melhoria da organização, descrição, conservação e difusão dos fundos documentais e Projetos de Memória compartilhada dos povos ibero-americanos.



Colaboração da **BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA / ARQUIVO HISTÓRICO**



Higienização de livro



Documentação avulsa já restaurada

A documentação totaliza cerca de 15566 imagens já disponíveis *online* em:

### DOMÍNIO INTERNO MARINHA

- [https://bcm-arquivohistorico.marinha.pt/s?searchType=Description&p0=\\*&o0=1&v0=brasil+colonial&m0=False](https://bcm-arquivohistorico.marinha.pt/s?searchType=Description&p0=*&o0=1&v0=brasil+colonial&m0=False)
- <https://bcm-arquivohistorico.marinha.pt/details?id=15920>
- <https://bcm-arquivohistorico.marinha.pt/details?id=58689>

### DOMÍNIO EXTERNO

- [https://arquivohistorico.marinha.pt/s?searchType=Description&p0=\\*&o0=1&v0=brasil+colonial&m0=False](https://arquivohistorico.marinha.pt/s?searchType=Description&p0=*&o0=1&v0=brasil+colonial&m0=False)
  - <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=15920>
  - <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=58689>
- ts?searchType=Description&p0=\*&o0=1&v0=brasil+colonial&m0=False
- <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=15920>
  - <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=58689>



Alguns livros a digitalizar



Autor: ZTEN TSN-ARQ, Paulo Guedes

# CHARRUAS

## PARTE IV

### CHARRUA SÃO JOÃO MAGNÂNIMO (1799-1845)

### UMA FÊNIX DOS MARES EM TEMPOS CONTURBADOS

*“A economia europeia do século XVIII era claramente virada para o oceano, alicerçada sobre um conjunto de atividades de produção e comércio concentrados em cidades ou áreas geográficas servida por portos”<sup>1</sup>*

#### A APOSTA EM CHARRUAS

Ora, este pequeno excerto de José Cardoso, dá-nos uma clara transparência para que serviam as charruas. Por isso, a perda da primeira Charrua *S. João Magnânimo* não desanimou a regência, que continuou a apostar neste tipo de navios. Nos finais do século XVIII eram importantes para a dinâmica comercial e mercantilista entre o Brasil e a Metrópole, Lisboa. Contudo, as preocupações foram sensiblizadas e, como tal, a 23 de novembro de 1799, o Governador e Capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro D. Francisco de Souza Coutinho, transmite ao Secretário de Estado da Marinha Ultramar D. Rodrigo de Souza Coutinho de que, para uma *“segurança da dita Embarcação na primeira viagem”*<sup>2</sup> foram colocadas *“algumas Embarcações pequenas de vigia na Costa de sotavento”*<sup>3</sup>. E assim, saíra do Pará, a Charrua *S. João Magnânimo*, para a sua primeira viagem, a 27 de novembro de 1799, sob o comando do Segundo-tenente Luis da Cunha Moreira, do Prático Francisco Xavier Alcantara e, do Piloto Francisco Soares Vieira, carregada com algumas madeiras, carga da Praça, num sistema de frete, assim como pranchas para o Arsenal Real da Marinha (Lisboa), que eram do Tenente-general Bartolomeu da Costa, o insigne construtor do Dique da Marinha, no dito Arsenal. Mas não só, para Prático e o Piloto da dita charrua foram escolhidos os melhores que se encontravam na exploração do Amazonas. Contudo, o seu Comandante, que fora nomeado pelo Governador, um oficial da Fragata *Vénus*, embora, segundo ele, tinha *“pouca pratica por ser muito moço, e naõ ter feito se naõ huma ou duas viagens, como parece activo vai em conserva da Fragata”*<sup>4</sup>.

#### CONSTRUÇÃO DE UMA FÊNIX

Já a sua construção, iniciou-se muito tempo antes, por Ofício de 26 de maio de 1798, do Governador e Capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro D. Francisco de Sousa Coutinho, informa o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar D. Rodrigo de Souza Coutinho de que, *“Hoje puz o nome a uma Charrua... de Magnanimo... para substituir a da que tao desgraçadamente se perdeo”*<sup>5</sup>. *“No dia 15 de Agosto havia ir ao Mar a Charrua Magnanimo”*<sup>6</sup>, que caiu ao mar com um *“ferro dos q[ue] levava arofa pela espia do costume”*<sup>7</sup>, sendo entregue, segundo o Chefe da Divisão e Intendente da Marinha da Capitania do Pará José Maria de Medeiros, ao Patrão-mor a fim de receber a amarração, e este, depois, entregá-la ao Contramestre do Arsenal de Belém, Pará, *“João G[onçalves]”*, a um oficial da Fragata e doze homens, para terminar a arqueação. Contudo, este lançamento ao mar não correra muito bem para o dito Intendente, porque o Governador o ameaçou *“com prizão a ferros sem q[ue] possa descobrir qual seja a Cauza de tal ameassa”*<sup>8</sup>. Isto, porque tivera colocado o navio em risco, por ter, inicialmente, ficado com menos braços de fundo do que o previsto. Situação esta que o Intendente reportou ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar D. Rodrigo de Souza Coutinho, temendo que o povo o julgasse um *“Criminozo”*<sup>9</sup>.

Já sobre o seu custo, informa o dito Governador – a fim de oficializar as contas – por Ofício de 28 de Novembro de 1799, de que, a *“Despeza com a Construção, e Armação da Charrua de Sua Magestade denominada o Magnanimo, segunda deste*

Nome... total importancia da Construção e Armação da Charrua.... 33:996[§]494”<sup>10</sup>. Embora este valor parecesse excessivo, tal ficara a dever-se ao facto de que só existia matéria-prima (madeira) neste porto, tal como em todo o Brasil e ainda, a carência de mão-de-obra especializada, assim como a falta de produtos manufaturados, pois a indústria ainda era muito rudimentar até à chegada da Corte ao Brasil (janeiro de 1808). Como tal, tinham de importar esses produtos, o que aumentou o custo em relação a Lisboa. Pois, todo o apetrecho tivera de ser aproveitado de outros navios, conforme refere o dito Governador de que, “a nova Charrua Magnanimo não podia ir com o presente Comboi por falta de aprestos”<sup>11</sup>. Para fazer face a estas carências, o Comandante da Fragata *Vénus* dispensou “huma andaina de pano, e algumas pefsas de Lona”<sup>12</sup>. Para a artilharia, fora solicitado ao dito Comandante da Fragata, para fazer um levantamento de todos os navios no porto, a fim de se aproveitar as peças de que não precisavam, ficando só com as necessárias para efetuar sinais a bordo. Levava todas as peças que conseguiu reunir para bordo da dita charrua. E como suporte destas peças, tivera de recorrer ao “Parque e Arfenal se apromptaraõ de Corretas, Palamentas, e Muniçoens”<sup>13</sup>. Quanto às amarras, só tivera ficado com três, originando com isso um grande receio de que, essas não aguentassem as invernias e correntezas do rio.

## CARACTERÍSTICAS DA CHARRUA

Assim, aproveitando todas as sobras existentes nos navios e arsenal em Belém, se reconstruiu uma nova charrua, uma Fênix dos mares que, segundo o dito Governador, era “muito grande, e muito prequeira... os seus resbordos são mui pequenos para a entrada das Madeiras... Navio taõ curto, e de tanto pontal... a considero mui superior aos Navios da Praça”<sup>14</sup>. Segundo o seu

Comandante, o Capitão-tenente Francisco Garção, tinha como velocidade máxima, navegando a largo do vento e com todas as circunstâncias favoráveis, 7,5 milhas náuticas, como velocidade à bolina, a 6 quartos 5 milhas e, em velocidade à bolina, governada a barlavento, 5,5 milhas<sup>15</sup>.

Depois de apetrechada, com a sua guarnição e carga, ficara pronta a navegar mais uma charrua, com o mesmo nome de *S. João Magnânimo* ou, a partir de 1836, simplesmente *Magnânimo*.

Que bem ela navegou! E que desafios ela enfrentou, rompendo turbulentas águas por esses oceanos (Atlântico, Índico e Pacífico), que serão relatados nos próximos capítulos.

**José Luís Santos Cardoso**  
Guarda de 2ª Classe, PEM

### Notas

<sup>1</sup> Cardoso, José Luis, “Bloqueio Continental e desbloqueio marítimo: p Brasil no contexto global das guerras napoleónicas” (39-60), in Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica, Org. José Luis Cardoso et al, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, Dezembro de 2010, p. 47

<sup>2</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 116, D. 8958

<sup>3</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 116, D. 8958

<sup>4</sup> AHU\_CU\_PARÁ, Cx. 116, D. 8953

<sup>5</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 113, D. 8751

<sup>6</sup> AHU\_CU\_PARÁ, Cx. 116, D. 8961

<sup>7</sup> Idem

<sup>8</sup> Idem ibidem

<sup>9</sup> Idem ibidem

<sup>10</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 116, D. 8971

<sup>11</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 116, D. 8953

<sup>12</sup> Idem

<sup>13</sup> Idem ibidem

<sup>14</sup> Idem ibidem

<sup>15</sup> AHU\_CU\_CABO VERDE, Cx. 70, 5534, fl. 1



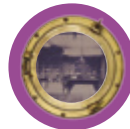
## agenda Cultural Marinha



AQUÁRIO VASCO DA GAMA



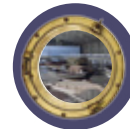
BANDA DA ARMADA



BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA



FRAGATA D. FERNANDO II E GLÓRIA



MUSEU DE MARINHA



PLANETÁRIO DE MARINHA

SET / OUT

17h30

Concerto da Banda da Armada em Mangualde, integrado no 44º Encontro de Marinheiros

SAB  
14  
SET

16h30

Concerto da Banda da Armada no Largo do Passeio Alegre na Póvoa de Varzim, integrado no 120º Aniversário do Clube Naval Povoense

SAB  
21  
SET

21h30

Concerto da Banda da Armada na Casa da Música no Porto, para a Liga dos Combatentes – Núcleo do Porto

SEG  
14  
OUT

21h30

Ensemble da Banda da Armada no Cineteatro António Pinheiro em Tavira, integrado na Festa de Anos de Álvaro de Campos

TER  
15  
OUT

21h30

Concerto da Banda da Armada em Vila Nova da Barquinha

SAB  
19  
OUT

18h00

Concerto da Banda da Armada no Teatro Municipal Sá de Miranda em Viana do Castelo, integrado no Dia da Polícia Marítima 2024

SAB  
26  
OUT



BANDA DA ARMADA

## CONVÍVIOS

### 1ª GUARNIÇÃO NRP ANTÓNIO ENES (1971/73) – 30º ENCONTRO

Realizou-se em São Sebastião, Pombal no dia 19 de maio, o 30º Encontro dos elementos da Guarnição que, há 53 anos, no estaleiro da Bazan em La Carraca – Cadiz formou no cais, subiu a prancha do portaló e içou pela primeira vez na corveta *António Enes* a Bandeira de Portugal.

Estiveram presentes no almoço/convívio cerca de 29 elementos da Guarnição como também familiares e amigos, que em ambiente de *sã camaradagem*, reviveram o que foi e o que tem sido lidar



com a saudade, com a amizade e com o espírito de sacrifício.

Em nome do Oficial Imediato foi dirigida a saudação a todos os presentes e com um minuto de silêncio foi feita uma sentida homenagem aos que se adiantaram na derradeira navegação.

Feito o brinde à vida, à saúde e à amizade complementado com um *viva à Marinha*, foi cortado o bolo ficando a promessa de novo reencontro de amigos em Coimbra, em maio de 2025.

### INCORPORAÇÕES DE 1985 – 39º ANIVERSÁRIO



Realizou-se no passado dia 25 de maio em Évora, o almoço/convívio das incorporações de 1985 para comemorarem o seu 39º aniversário.

Este convívio, que contou com a presença do Almirante Silva Ribeiro, entre muitos outros convivas, decorreu em ambiente de

*sã camaradagem* e contou também com a presença de Sargentos que fizeram parte da Instrução no ex-G1EA, o Sargento Balasteiro, Sargento Carvalho, Sargento Domingos e Sargento Ferreira. Estiveram também presentes uma Delegação do Núcleo de Marinheiros de Aveiro e uma Delegação de Marinheiros de Estremoz.

### DESTACAMENTO DE FUZILEIROS ESPECIAIS Nº 10 – DFE 10 1974/75 A 50 ANOS DO “ENCONTRO DA DEMOCRACIA E DA LIBERDADE”

O Destacamento de Fuzileiros Especiais Nº 10 (DFE 10), comandado pelo então 1TEN Vargas de Matos, comemorou no passado dia 25 de maio o seu cinquentenário. O local escolhido para as comemorações foi, naturalmente, a Escola de Fuzileiros, “Casa Mãe” de todos os Fuzileiros, onde se juntaram muitos camaradas e seus familiares, contando ainda com a presença do Comandante do Corpo de Fuzileiros, COM Valente Tinoco, do Comandante da Escola de Fuzileiros, CMG FZ Eduardo Vaqueiro e do Presidente da Associação de Fuzileiros, Carlos Moreira.

Passados cinquenta anos e em frente ao Monumento ao Fuzileiro, o VALM Vargas de Matos, após o descerramento da placa comemorativa, perante os seus homens, de cabelos grisalhos, e seus familiares proferiu emotivas palavras sobre a decisiva importância da atuação da sua Unidade na Revolução do “25 de Abril”, depois na sua ação mediadora na África remota onde a situação tardou a ser esclarecida e no processo de transição para o novo regime que se instalou de forma progressiva, mas sem retrocesso.

Seguiu-se a romagem ao Museu do Fuzileiro, local onde foi depositada, para que fique exposta com a dignidade que merece, a “Ordem



da Liberdade”, condecoração com que foi agraciado o então 1TEN e Comandante do DFE 10 (1974/75), a 19 de janeiro de 2023, pela sua ação nos acontecimentos de 25 de Abril de 1974. Tendo em conta que a mesma visa distinguir e galardoar serviços relevantes prestados à causa da Democracia e da Liberdade e porque aquela ação só foi conseguida pela participação de todos os Fuzileiros do DFE 10, foi considerado ser da maior honra constituir como fiel depositário da mesma, o Museu do Fuzileiro, na Escola de Fuzileiros.

## CASTIGOS A BORDO

Vários são os relatos que referem a existência de motins e desavenças ocorridas a bordo, no decurso das viagens efectuadas nos séculos passados, demonstrando que a disciplina a bordo, naquelas épocas, estava longe de ser a mais adequada. Tais quebras de disciplina levavam, não raro, à adopção de castigos corporais que, excepto para os que os sofriam, eram encarados, ao tempo, como sendo a coisa mais natural deste Mundo e a única capaz de resolver tais situações.

No que se refere à Marinha do Comércio, os casos de indisciplina e motim a bordo só eram totalmente resolvidos à chegada aos portos nacionais, isto independentemente das medidas que, no decurso da viagem, os capitães desses navios tivessem tomado.

O caso que seguidamente se apresenta parece exemplificar claramente o que atrás ficou escrito.

No regresso da viagem ao Rio de Janeiro, no dia 8 de Novembro de 1793, a bordo do navio *S. Joaquim Augusto*, um servente do navio, de que se desconhece a categoria<sup>1</sup>, de nome António Afonso Jácome, terá cometido uma qualquer falta, que o documento consultado não refere qual tivesse sido, o que levou o capitão do navio, Joaquim José de Barros, a admoestá-lo, admoestação essa a que o servente não ligou, começando a provocar o capitão do navio que tentou, então, bater-lhe com um cabo, não o tendo conseguido porém, pois o tal servente fugiu escalando pela enxárcia e insultando o capitão, proferindo ainda a ameaça de que: *“Em terra ajustaremos contas”*.

Face a tal comportamento ordenou o capitão, a outros dois serventes, que prendessem o infractor e o pusessem a ferros, o que estes recusaram afirmando que as suas funções a bordo não eram as de quadrilheiros.

À chegada a Lisboa, tendo conhecimento do sucedido, as autoridades procederam à prisão dos três serventes envolvidos e tendo-se verificado, aquando da saída de bordo dos presos, que um outro servente tentara a sublevação da restante tripulação contra tal prisão, foi ele próprio também preso, sendo todos levados para o castelo de S. Jorge.

Da devassa levada a cabo pelas autoridades o que mais ressalta é a curiosa afirmação, comum a todos os oficiais do navio, na circunstância, piloto, mestre, contramestre e calafate, de que o capitão do navio, em toda a viagem, havia tido um comportamento de grande humanidade pois, como declararam *“durante toda a viagem não havia espancado qualquer servente, embora houvesse razões para isso”*.



Cmdt. E. Gomes

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino doc. 11475 Rio de Janeiro

### Nota

<sup>1</sup> Embora já existissem na marinhagem, ao tempo, as categorias de marinheiro, moço, mancebo e grumete, as matrículas efectuadas em Lisboa, contrariamente ao que sucedia no Porto, registam toda a marinhagem com a categoria de servente.

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico



# CULTURA MAR

PORTUGAL,  
UM LEGADO MARÍTIMO  
PORTUGAL,  
A MARITIME LEGACY



## AQUÁRIO VASCO DA GAMA

Onde o mergulho começa

VASCO DA GAMA AQUARIUM

Where the dive begins



## BIBLIOTECA CENTRAL DE MARINHA

Navigate no conhecimento

CENTRAL NAVY LIBRARY

Navigate the knowledge



## FRAGATA D. FERNANDO II E GLÓRIA

Uma viagem no tempo

FRIGATE D. FERNANDO II E GLÓRIA

A time travel



## MUSEU DE MARINHA

Um mundo de descobertas

MARITIME MUSEUM

A world of discoveries



## PLANETÁRIO DE MARINHA

Mais perto do céu

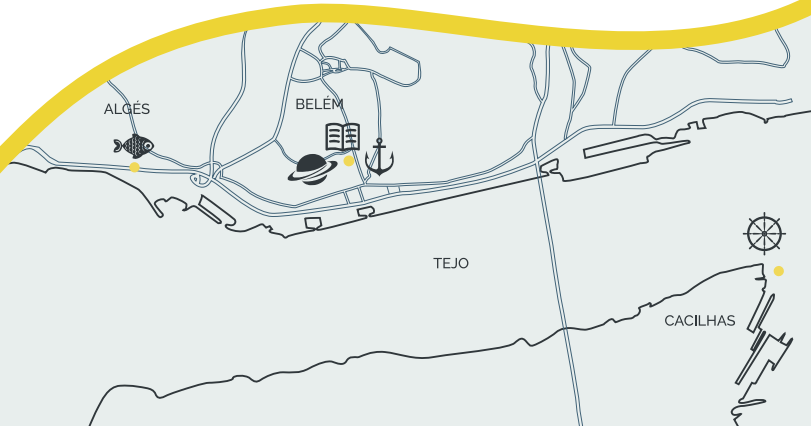
NAVY PLANETARIUM

Closer to the sky



[ccm.marinha.pt](http://ccm.marinha.pt)

[comissaoculturaldemarinha](https://www.facebook.com/comissaoculturaldemarinha)





## NOTÍCIAS PESSOAIS

### NOMEAÇÕES

• COM António José de Jesus Neves Correia, Comandante do *Joint Analysis And Lessons Learned Centre*, em Lisboa • CFR M Filipe Clemente Taveira Pinto, Comandante do NRP *Tridente* • CTEN M Paulo Ricardo Oliveira Macedo da Silva, Comandante do NRP *Arpão*.

### RESERVA

• CALM Paulo Manuel José Isabel • CMG M João Paulo Delgado Codinha • CMG M Paulo Jorge Oliveira Inácio • CFR EN-MEC Luís Miguel do Carmo Salvador • CFR TSN-JUR Diocleciano Manuel Branco Batista • CTEN ST-EMEC António Manuel Vilar Patrão • 1TEN TS Américo da Silva Mestre • SMOR ETI Nuno José Silva Damiães • SMOR V José Manuel Pinguinhas Roleta • SCH V Rui Manuel Eloy Caetano Marques • SCH L Manuel Fernandes Rodrigues Tavares • SCH FZ Augusto Lopes Macieira • CMOR CCT Joaquim António Lopes Serras • CMOR FZ Luís Celestino Nunes • CMOR CM Paulo Fernando Tavares Henrique • CMOR FZ Jorge Manuel Ramos Costa • CMOR FZ Vitor Manuel Fernandes Martins • CAB TFD José Manuel Campos Raposo.

### REFORMA

• CMG FZ Carlos Teixeira Moreira • CMG MN Egídio José Jorge Pedro • SMOR MQ Jorge Filipe de Oliveira Martins • SMOR MQ Mário Filipe Lopes Gomes • SMOR B João António Cardoso Roque • SCH E Edgar Maia Costa • SCH FZ Vítor Manuel Câmara Gomes • SCH R Carlos Jorge Pinto Ferreira • SCH E José Manuel Carloto Ferreira • SAJ FZ Leonel Ribeirinho Luz • CAB A José de Almeida Costa • CMOR CM Eduardo Jorge Batista Pinto dos Santos • CMOR FZ Rui Manuel Galvão Martins Feijão.

### FALECIDOS

• 22053 CMG M REF Fausto José do Lago Domingues • 124956 CFR SEH REF Joaquim Figueiredo Marques • 259379 CTEN SEM REF António Pedro Gouveia Araújo • 539258 1TEN OT REF António Pereira dos Santos • 118752 1TEN SG REF António Maria da Conceição • 350453 1TEN OT REF João Martins dos Reis • 951763 1TEN OT REF João Manuel Bastos Madureira • 72464 1TEN OT REF António Patrício Jorge • 194970 2TEN FZ DFA Carlos Alberto de Oliveira Quelhas • 13870 2TEN FZ REF António Lopes Telo • 336783 SMOR V RES José Francisco de Jesus Maria • 398555 SMOR CM REF Fernando Manuel Parrinha Correia • 333353 SMOR A REF Luís Fernando Marques • 60265 SMOR FZ REF António José Jesuíno David • 519858 SCH A REF Francisco José Branquinho • 109665 SCH M REF João da Silva Costa • 473857 SCH V REF João Fialho Lopes • 480757 SAJ FZ REF Manuel Rodrigues Gonçalves • 869762 SAJ H REF Álvaro dos Santos Campos • 339553 SAJ M José Leonardo Fernandes Pereira • 209951 SAJ TES REF Manuel da Conceição Pereira • 259180 SAJ US REF José Filipe Café Chitas • 566159 SAJ TF REF José dos Santos Reis • 172147 SAJ A REF Álvaro Martins • 1SAR CM REF 13374 Juvelino Gaspar Cavaleiro • 388355 1SAR CE REF Eduardo Soares Vargues • 296858 1SAR MQ REF Mariano Pereira Ramos • 9329306 2SAR TA ACT Bruno Miguel Fernandes Rodrigues • 307566 2SAR DFA FZ REF Silvério da Silva Gomes de Andrade • 252084 CMOR TFH RES Jorge Manuel Afonso Fresca • 578259 CAB A REF António Pinheiro Teixeira • 42665 CAB TFH REF José Santos Ferreira • 220180 CAB M REF António José Cigarro Batuca • 412183 CAB CM REF José Simplicio Roberto • 180680 CAB CM REF Carlos Manuel Mendes Silva • 328583 CAB A REF Vítor Luís de Oliveira Tavares • 461257 CAB CE REF Francisco Lopes Evangelista • 31000458 SUB INSP QPPM APO Mário da Cunha Alberto • 33011570 AG 1CLA QPPM APO José Maria Duarte.

## CONVÍVIO

### 1ª ESCOLA DE FUZILEIROS DE 1994 – 30º ANIVERSÁRIO

Realizou-se no dia 8 de junho, na Escola de Fuzileiros a cerimónia comemorativa dos 30 anos da 1ª Escola de Fuzileiros de 1994.

No reencontro, com 51 irmãos de armas, emergiram as histórias e as experiências vivenciadas, protagonizando momentos nostálgicos, onde imperou a camaradagem e o grande espírito de inabalável amizade. Seguiu-se um almoço-convívio no Restaurante *Associação de Fuzileiros*, no Barreiro.

“Fuzileiro uma vez, Fuzileiro para sempre”.



### DOUTORAMENTO

#### CMG FRANCISCO EMÍLIO NEVES DA PIEDADE VAZ

O CMG Francisco Emílio Neves da Piedade Vaz efetuou as provas de **Doutoramento em História Marítima** que decorreram na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no passado dia 10 de maio, cujo resultado foi “Aprovado com Distinção e Louvor”.



# “UM OLHAR SOBRE A SAÚDE NAVAL”



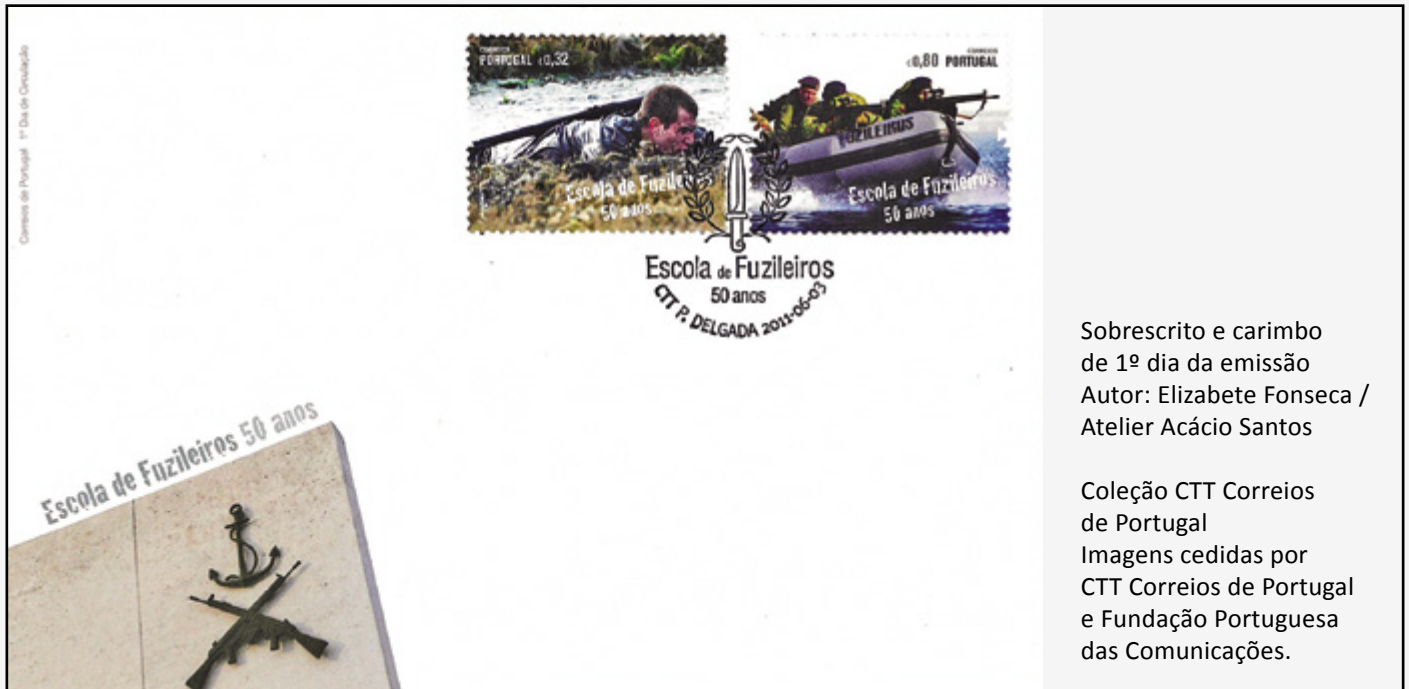
## DESAFIO ARTÍSTICO ARTES PLÁSTICAS

### | 2º CLASSIFICADO

Oferta do então Comandante da Escola de Fuzileiros, CMG FZ Martins de Brito, no contexto das Jornadas da EFZ, em 2017. A peça apresentada foi um agradecimento à CMG MN Filipa Soares Albergaria pela sua participação nesse evento como oradora de uma palestra sobre “O militar de Operações Especiais como atleta tático”. O valor desta peça reside na originalidade da pintura tradicional do Galo de Barcelos, com uma farda de Fuzileiro.

# MARINHA PORTUGUESA EM SELOS (XI)

50 Anos da Escola de Fuzileiros, 2011



Sobrescrito e carimbo  
de 1º dia da emissão  
Autor: Elizabete Fonseca /  
Atelier Acácio Santos

Coleção CTT Correios  
de Portugal  
Imagens cedidas por  
CTT Correios de Portugal  
e Fundação Portuguesa  
das Comunicações.

A Escola de Fuzileiros, criada a 3 de junho de 1961, dispõe atualmente de um Centro de Referência em Liderança que, além de formar os nossos militares, também recebe civis de empresas ou estabelecimentos de ensino superior.

